DESPACHO: Indefiro o presente, pelo não atendimento à Portaria nº 01/2012/CONTRU/SEHAB. Tendo em vista a não apresentação de contrato de prestação de serviço assinado e de taxa de licença de elevadores.

6068.2020/0005361-5 - Fiscalização: Elevador - Entrada de Responsabilidade Técnica

Despacho deferido

Interessados: ELITE TECNOLOGIA EM TRANSPORTE VERTICAL LTDA CNPJ: 10.806.212/0001-14

DESPACHO: Defiro a solicitação de assunção de responsabilidade técnica, em cumprimento ao Artigo 21 do Decreto 52.340 de 25.05.2011.

6068.2020/0005289-9 - Fiscalização: Elevador - Baixa de Responsabilidade Técnica

Despacho deferido

Interessados: EKT MANUTENÇÃO DE ELEVADORES EIRELI CNPJ: 07.194.925/0001-60

DESPACHO: **Defiro a solicitação de baixa de responsabilidade técnica, em cumprimento ao Artigo 21 do Decreto 52.340 de 25/05/2011, com exceção das chapas 39034 e 39035, cujos dados da rescisão de contrato apresentada não correspondem aos informados no requerimento, e chapa 18173 cuja responsabilidade técnica já foi baixada e encontra-se atualmente conservada por outra empresa.**

6068.2020/0005317-8 - Fiscalização: Elevador - Entrada de Responsabilidade Técnica

Despacho deferido

Interessados: BASIC ELEVADORES LTDA CNPJ: 02.254.737/0001-66

DESPACHO: Defiro a solicitação de assunção de responsabilidade técnica, em cumprimento ao Artigo 21 do Decreto 52.340 de 25.05.2011, com exceção das chapas 6965, 163564, 6968, 163571, 6970 e 103052, tendo em vista que não foram apresentados os respectivos contratos assinados

6068.2020/0005337-2 - Fiscalização: Elevador - Entrada de Responsabilidade Técnica

Despacho deferido

Interessados: MUNDILEV COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ELEVADORES LTDA CNPJ: 10.829.617/0001-78

DESPACHO: **Defiro a solicitaçao de Assunção de Responsabilidade Técnica em cumprimento ao Artigo 21 do Decreto 52.340/2011.**

6068.2020/0005329-1 - Fiscalização: Elevador - Entrada de Responsabilidade Técnica

Despacho deferido

Interessados: GRAMBELL CONSERVAÇÃO E COMÉRCIO DE ELEVADORES LTDA CNPJ: 58.609.918/0001-12

DESPACHO: Defiro a solicitação de assunção de responsabilidade técnica, em cumprimento ao Artigo 21 do Decreto 52.340 de 25.05.2011.

PROCESSO *6066.2020/0000756-6* - Licenciamento de Obras e Edificações

DESPACHO:

INDEFIRO O PRESENTE PEDIDO DE CERTIFICADO DE MANUTENÇÃO, NOS TERMOS DO PARÁGRAFO III, ART 59 DA LEI 16.642/2017, TENDO EM VISTA O ATENDIMENTO INSATISFATÓRIO DO COMUNIQUE-SE PUBLICADO EM 28/03/2020.

SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI DESPACHOS: LISTA 774

PORTAL DE LICENCIAMENTO

ENDERECO:

Processo nº **1020.2020/0000319-1**

INDEFERIDO nos termos da Lei nº 17.202/2019 e respectivo Decreto regulamentador. O prazo recursal é de 60 (sessenta) dias.

Processo nº **1020.2020/0006875-7**

DEFERIDO nos termos da Lei nº 17.202/2019 e respectivo Decreto regulamentador.

\SEL\GTEC\GTEC-2

PROCESSO Nº 1020.2020/0002927-1

INTERESSADOS: ROBERVAL MUNHATO DE OLIVEIRA CLEMIRA CHAVES DE OLIVEIRA

ASSUNTO: Certificado de Regularização ? Lei nº 17.202/19

COMUNIQUE-SE

Para prosseguir no pagamento da Outorga Onerosa doDireito de Construir, o interessado deverá acessar a seção Pagamentos do Portal de Licenciamento.

O prazo para atendimento é de 30 (trinta) dias corridos, a partir do primeiro dia útil posterior à data de publicação no D.O.C.

Em caso de dúvidas, o atendimento técnico poderá ser feito, às segundas e quartas-feiras, das 14:00 às 17:00, mediante agendamento pelo telefone 3243-1263 e 3243-1262.

Processo nº **1020.2020/0007964-3**

DEFERIDO nos termos da Lei nº 17.202/2019 e respectivo Decreto regulamentador.

\SEL\GTEC\GTEC-2

PROCESSO Nº 1020.2020/0014249-3

INTERESSADOS: SILVIO CESAR DE JESUS GIMENES RICARDO ALEXANDRE OLIVEIRA DE CARVALHO

ASSUNTO: Certificado de Regularização ? Lei nº 17.202/19

COMUNIQUE-SE

Para prosseguir no pagamento da Outorga Onerosa doDireito de Construir, o interessado deverá acessar a seção Pagamentos do Portal de Licenciamento.

O prazo para atendimento é de 30 (trinta) dias corridos, a partir do primeiro dia útil posterior à data de publicação no D.O.C.

Em caso de dúvidas, o atendimento técnico poderá ser feito, às segundas e quartas-feiras, das 14:00 às 17:00, mediante agendamento pelo telefone 3243-1263 e 3243-1262.

Processo nº **1020.2020/0002379-6**

DEFERIDO nos termos da Lei nº 17.202/2019 e respectivo Decreto regulamentador.

Processo nº **1020.2020/0003265-5**

DEFERIDO nos termos da Lei nº 17.202/2019 e respectivo Decreto regulamentador.

Processo nº 1020.2020/0015443-2

DEFERIDO automaticamente nos termos da Lei nº 17.202/2019 e respectivo Decreto regulamentador. Expeça-se o Certificado de Regularização - Lei 17.202/2019.

Processo nº 1020.2020/0015462-9

DEFERIDO automaticamente nos termos da Lei nº 17.202/2019 e respectivo Decreto regulamentador. Expeça-se o Certificado de Regularização - Lei 17.202/2019.

Processo nº 1020.2020/0015463-7

DEFERIDO automaticamente nos termos da Lei nº 17.202/2019 e respectivo Decreto regulamentador. Expeça-se o Certificado de Regularização - Lei 17.202/2019.

Processo nº 1020.2020/0015468-8

DEFERIDO automaticamente nos termos da Lei nº 17.202/2019 e respectivo Decreto regulamentador. Expeça-se o Certificado de Regularização - Lei 17.202/2019.

COORDENADORIA DE PARCELAMENTO DO SOLO E DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

DIVISÃO TÉCNICA DE HABITAÇÃO DE MERCADO POPULAR

2019.0042.254.5

Alvara de Desmembramento

1 - DEFERIDO nos termos da lei 16.402/16, 16.050/14, 16.642/17 e Decretos 58.089/15, 57.377/16, 57.776/17, expeça-se o Alvara de Desmenbamento, pagas as taxas devidas.

2 - A PARHIS/DHMP para publicação do item 1.

3 - A CAP/DPD para proviencias subsequentes e posterior arquivamento.

DESENVOLVIMENTO URBANO

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 36/2020/SMDU.G

PROCESSO SEI Nº 6066.2019/0007385-0.

FERNANDO BARRANCOS CHUCRE, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, no uso de suas atribuições conferidas por lei, resolve:

CONSIDERANDO os termos do Acordo de Cooperação firmado em 21 de novembro de 2017 entre a Prefeitura de São Paulo e "Vital Strategies", entidade responsável pela gestão dos recursos financeiros do Prêmio Internacional "2016 Mayors Challenge Latin America & The Caribbean", concedido pela "BLOOMBERG PHILANTHROPIES" ao Projeto denominado "Ligue os Pontos", em especial do que consta dos Anexos A e B, bem como sua prorrogação datada de 24 de junho de 2020;

CONSIDERANDO que a Portaria do Prefeito no 397, de 21 de dezembro de 2017 atribuiu a coordenação geral do mencionado Projeto a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL, atual Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU;

CONSIDERANDO a Portaria Conjunta SMDU/SMDET no 116/2019 que formaliza a cooperação entre as duas secretarias (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho - SMDET) para a implementação das ações previstas pelo Projeto Ligue os Pontos, em particular aquelas aderentes às políticas e programas desenvolvidos pela SMDET e por sua agência de desenvolvimento – ADE SAMPA, no sentido da promoção do desenvolvimento econômico local e fomento ao empreendedorismo relacionado a? cadeia de valor da agricultura familiar local e do alimento.

CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação celebrado entre a Agência de Desenvolvimento – ADE SAMPA e a VITAL STRATEGIES BRASIL, com o objetivo de conjugarem esforços para a realização do Projeto Ligue os Pontos, tendo como interveniente a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU.

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir Comissão Técnica de seleção e acompanhamento de prestadores de serviços e de projetos a serem contratados no âmbito do Plano de trabalho constante do Acordo de Cooperação celebrado entre Agência São Paulo de Desenvolvimento – ADE SAMPA, Vital Strategies Brasil e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU como interveniente.

Art. 2º. A comissão técnica será constituída por servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, e/ou por funcionários da Agência São Paulo de Desenvolvimento, indicados a seguir, podendo contar com o apoio da equipe do projeto Ligue os Pontos:

a) Pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU

- Fernando de Oliveira Leme, RF: 851.677-4 SMDU
- Janaína Belo de Oliveira, RF: 810.405-1 SMDU
- Lia Palm, RF: 532.290-1 SMDU
- Patricia Marra Sepe, RF: 626.425-5 SMDU

b) Pela Agência São Paulo de Desenvolvimento – ADE SAMPA

- Ary Scapin, RG: 12.371.399-7
- Bianca Moreira Mariquito Naime Silva, RG: 14.001.757-MG
- Jessika Piovezan Fernandes, RG: 47.360.711-6
- Paulo Marcelo Tavares Ribeiro, RG: 146.365.161

Art. 3º. Nos termos do Acordo de Colaboração firmado entre a Vital Strategies e a Prefeitura de São Paulo, poderão prestar apoio técnico à Comissão, sem qualquer vínculo com a Administração Municipal, consultores contratados pela Vital Strategies para atuar no projeto Ligue os Pontos.

Art. 4º. Tendo em vista as especificidades técnicas das ações previstas no plano de trabalho e consequentemente dos serviços a serem contratados, os processos de seleção a serem realizados e os processos de acompanhamento de contrato deverão ser conduzidos por no mínimo 02 (dois) pessoas, dentre elas servidores municipais e/ou funcionários da ADE SAMPA, acima designados, podendo contar com o apoio da equipe do projeto Ligue os Pontos.

Art. 5º. Poderão ser convidados especialistas da Prefeitura ou externos para colaborarem com a comissão constituída pela presente portaria.

Art. 6º. A designação dos integrantes desta Comissão e? feita sem prejuízo das demais atribuições normais do trabalho.

Art. 7º.Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Portaria no 166/SMDU.G/2019, de 21 de dezembro de 2019.

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

Processo SEI nº 6066.2020/0003243-9.

I – Em vista do contido nos presentes autos, em especial das manifestações da Equipe Projeto Ligue os Pontos (036645245) e da Assessoria Jurídica (036898643), **AUTORIZO** a celebração do contrato de doação com a VITAL STRATEGIES BRASIL, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 28.837.207/0001-34, cujo objeto é a transferência para a Prefeitura da propriedade intelectual do software Sampa+Rural.

II – **APROVO** a minuta do termo de doação, com as sugestões da Assessoria Jurídica.

III – Publique-se.

SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI DESPACHOS: LISTA 774

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

ENDERECO: RUA SÃO BENTO, 405

6068.2020/0004358-0 - Declaração de Transferência do Direito de Construir

Despacho documental

Interessados: AGILIDADE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA CNPJ: 10.402.672/0001-87

DESPACHO:

PROCESSO DOCUMENTAL

Conforme transcrição do Livro nº 04 de Declarações de Potencial Construtivo, página 050, segue em inteiro teor a Declaração de Potencial Construtivo Passível de Transferência - SMDU/DEUSO 0402/20, referente ao imóvel situado à Rua São Bento, 201 - 203 e 207, Distrito Sé, São Paulo, SP, **SQL 001.080.0009-5**, de propriedade de Agilidade Empreendimentos e Participações LTDA, CNPJ 10.402.672/0001-87.

DECLARAÇÃO DE POTENCIAL CONSTRUTIVO PASSÍVEL DE TRANSFERÊNCIA - SMDU/DEUSO 0402/20

A Coordenadora da Coordenadoria de Legislação de Uso e Ocupação do Solo - DEUSO, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU, com base nas informações disponibilizadas pelo interessado no Processo SEI 6068.2020/0004358-0, com fundamento no **Artigo 7º da Lei 12.349, de 06 de Junho de 1997, (ADIN 66.785-0/4-SP)**, declara que o imóvel situado à Rua São Bento, 201 - 203 e 207, Distrito Sé, Subprefeitura Sé, São Paulo/SP, registrado no 4º Oficial de Registro de Imóveis da Capital, **Matrícula nº 186.899**, inscrito no cadastro municipal sob **SQL 001.080.0009-5**, com área total do terreno de 350,00 m², de acordo com o Cadastro de Edificação da Prefeitura (CEDI), de propriedade de Agilidade Empreendimentos e Participações LTDA, CNPJ 10.402.672/0001-87, localizado na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana (MEQU), em Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM), Setor Centro, **dentro do perímetro da Operação Urbana Centro (Lei nº 12.349/97)**, integrante da zona de uso ZC (Zona de Centralidade) de acordo com a Lei nº 16.402/16, enquadrado como ZEPEC (Zona Especial de Preservação Cultural) nos termos da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, artigos 61 a 68, classificado no subgrupo BIR - Bens Imóveis Representativos (inciso I, Artigo 63), tombado pelo CONPRESP através da Resolução nº 37/1992, **dispõe de 3.150,00 m² (três mil cento e cinquenta metros quadrados) de potencial construtivo passível de transferência, originado sem a doação de terreno**. O valor unitário por metro quadrado do terreno cedente de acordo com o Cadastro de Valor de Terreno para fins de Outorga Onerosa para o **CODGLOG 03.210-7** da Quadra Fiscal 001.080, vigente na data de referência de 10/11/2020 conforme Quadro 14 da Lei nº 16.050/2014 é de **R$8.694,48/m²**, atualizado pelo Decreto nº 59.166/2020, publicado no Diário Oficial da Cidade em 05/02/2020**.** A efetivação da transferência deste potencial construtivo, total ou parcialmente, deverá observar o disposto na Lei nº 12.349, de 06 de junho de 1997, o § 5º do artigo 24 da Lei nº 16.402, de 2016 e demais disposições legais pertinentes. Esta Declaração está registrada na folha 050 do Livro 04 de Declarações de DEUSO.

Publique-se e, após retirada dos documentos, arquive-se. A não retirada dos mesmos implicará na anulação das 2 (duas) vias bem como no indeferimento da solicitação conforme artigo 7º do Decreto nº 57.536, de 2016.

HABITAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

SEHAB/CMH

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMH

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

7ª GESTÃO BIÊNIO 2018/2020

Data da Reunião: **05 de novembro de 2020**

Local: VIDEOCONFERÊNCIA

Aos cinco dias do mês de novembro do ano 2020, às 14h, reuniram-se por meio de videoconferência através do aplicativo Microsoft Teams para a 11ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação – 7ª Gestão Biênio–2018/2020, conforme lista de presença, os membros (as): Conselheiros (as) presentes: Carlos Roberto Queiroz Tomé Junior (SEHAB), Luiz Ricardo Viegas de Carvalho (SEHAB), Silvia de Mesquita Rodrigues de Freitas (SEHAB), Luigi C. A. Lazzuri Neto (COHAB), Nilson Edson Leonidas (COHAB), Irineu Gnecco Filho (COHAB), Denise Lopes de Souza (SMDU), Wilson Cabral da Silva (Secretaria Municipal da Fazenda – SF),Valentina Denizo (CDHU), Neuza Soares de Barros Oliveira (COHAB), Letícia Yoshimoto Simionato (Secretaria Municipal de Gestão). Patrícia Saran (SMDU), Marcos Renato Matsuda de Melo (CEF), Mariza Dutra Alves (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1), Monica Fátima Ziliani (Associação dos Trabalhadores sem Teto da Zona Oeste),Antonia Lindinalva Ferreira do Nascimento (Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional 26 de Julho), Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Uranide Sacramento Cruz (CEPROCIG - Centro de Promoção Resgate a Cidadania Grajaú - Paulo VI), Welita Alves Caetano Ribeiro (Associação Movimento de Moradia em Defesa dos Direitos Sociais – AMMDDS), José André de Araújo (Associação de Moradores do Jd. Manacá da Serra e Adjacências), Marisete Aparecida de Souza (Fórum dos Mutirões de São Paulo), Maria Esther de Sousa (União dos Moradores das Vilas Antonio dos Santos, União e Adjacências-UMVASA), Manoel dos Santos Almeida (MDF- Movimento de Defesa do Favelado - Região Episcopal Belém), Maria Silvone Oliveira (Associação Anjos da Paz da Vila Santista), Miguel Gomes Lima (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste - Residencial City Jaraguá), Mirtes Maria Vaz Felix Gaspar de Souza (Associação por Habitação com Dignidade), Maria Inês Batista (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo), Álvaro Augusto Andrade Vasconcellos (APEOP - Associação Paulista de Empresários e Obras Públicas), Joselia Martins Pereira (APOIO Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste), Maria Fernanda Avila de Sousa da Silveira (Conselho De Arquitetura e Urbanismo de São Paulo- CAU-SP), Samira Rodrigues de Araújo Batista (IAB-SP - Instituto de Arquitetura do Brasil - Departamento de São Paulo), Orlando Corrêa da Paixão (OAB-SP), Nunes Lopes dos Reis (Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais), Daniela Ferrari Toscano Britto (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo), Sandro Barbosa de Oliveira (Usina - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado), Violeta Saldanha Kubrusly (Conselho De Arquitetura e Urbanismo de São Paulo- CAU-SP), Paulo Emilio Buarque Ferreira (Universidade Prespiteriana Mackenzie) e Paula Carvalho Paschoal Raulino (Usina - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado). **Conselheiros (as) ausentes**: José Edilson Marques Dias (SEHAB), Anna Carolina de Paula Madrid de Marco (SGM), José Eduardo Villela Santos (SIURB), Tomas Magalhães Andreatta (SMADS), Wendell Zamoner (SEL), Fernando José de Souza Marangoni (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo), Marise Fernandes de Araujo (CEF), Emerson Barreto da Silva (SEHAB), George Artur Falsetti (SEHAB), Leonardo Barbosa Oliveira (SGM), Lizângela Keila de Almeida Rex Lampariello (SIURB), Mariza Alves Figueiredo (Secretaria Municipal da Fazenda), Márcia Miyuki Ishikawa (SMADS), Max Noe Neto (SEL), Rafael Dalla Rosa (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo), Maria Cláudia Pereira de Souza (CDHU), Alexandre Bonfim França (Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia), Felicia Mendes Dias (Associação Morar e Preservar Chacara do Conde - Fase I), Tereza Lara (Associação Estrela Guia dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Jomarina Abreu Pires da Fonseca (MSTC – Associação Movimento Sem Teto do Centro), José Marcelo da Silva (Associação Ação Comunitária Nova Heliópolis), João Bosco d Costa (ADOCC-SP), Maria Aparecida Pontes (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo), Neurani Rodrigues Gomes (Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia), Jeremias das Neves (Movimento de Moradia dos Encortiçados, Sem Teto, Catadores de Papelão da Região Central de SP), Maria dos Santos Almeida (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Sheila Cristiane Santos Nobre (Associação de Moradia do Parque Otero), Manoel Santos Silva (Associação dos Cidadãos Unidos da Zona Leste), José de Anchieta Rocha Junior (Associação Comunitaria de Moradores na Luta por Justiça), Veronica Kroll (Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo), Wanderley de Almeida Gomes (Associação Ação Comunitária Nova Heliópolis), Darcy da Silva Costa (Fórum dos Mutirões de São Paulo), Adriana da Silva Oliveira (Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor Contribuinte de São Paulo ADOCC-SP), Samira de Jesus Barboza de Souza (União dos Moradores das Vilas Antonio dos Santos, União e Adjacências-UMVASA), Anderson Fernandes Guahy (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no Estado de São Paulo - CTB-SP), Luiz Cláudio Marcolino (Central Única dos Trabalhadores - CUT-SP), Delana Cristina Corazza (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos), Maria de Lourdes Zuquim (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-SP),Alexandre Marques Tirelli (SCIESP - Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo), Carolina Rafaella Ferreira (SECOVI), Mariana Estevão de Souza Moraes (SASP), Denise Antonucci (Universidade Presbiteriana Mackenzie), Guilherme Leme Perazza (APEMEC - Associação de Pequenas e Médias Empresas de Construção Civil do Estado de São Paulo), Janaina Nascimento (APOIO Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste), Olivar Irapuam da Silva (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no Estado de São Paulo - CTB-SP), Inês Granada Pedro (Central Única dos Trabalhadores - CUT-SP), Juliana Lemes Avanci (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos), Luciana de Oliveira Royer (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-SP), Ana Gabriela Akaishi (IAB-SP), Maria Alécia Silva Pereira (OAB-SP), Adelcke Rossetto Netto (Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais), Debora Andrade Silva (SCIESP - Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo), Erich Aby Zayan Feldberg (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo), Marcio Jeha Chede (SECOVI), Daniela Fajer Rosa (Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo – SASP). **Presentes os (as) senhores (as) Convidados (as)**: Ana Maria Maluf Moussalli (SEHAB/SECMH), Arika Adachi (SEHAB/G), Jeny Zolla B. Perez (SEHAB), Maria Helena Ferreira (SECMH/SEHAB), Vanessa Padia (SEHAB), Maria Aparecida Vaz C. de Oliveira (SEHAB), Patrick Morais de Lima (SEHAB/DEPLAN), Rosane Tierno (Convidada da UMM-SP), Mariana Sucupira Gomes (SEHAB/DEPLAN), Mônica de Azevedo Costa Nogara (SEHAB/DEPLAN), Lyzandra Machado Martins (SEHAB/DEPLAN). **Pauta da Reunião:** 1. Aprovação da Ata da 10ª Reunião Ordinária do CMH de 03/09/2020 - 2. Execução do Plano de Metas da Habitação de 2017-2020 e Execução Orçamentária da SEHAB atualizada em 2020, cujas apresentações estarão a cargo das equipes da SEHAB (A Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo participa em conjunto com a Secretaria Municipal de Habitação nas Metas 29, 30 e 31). **Início Reunião: Sr. Ricardo Viegas** - A pedido do Secretário Carlos Tomé, que, aliás, ele está num outro compromisso, mas já vai integrar a nossa reunião, ele me pediu para que declarasse aberta a Sessão da reunião. Então nesse sentido eu gostaria, são 14h14, que nós iniciássemos a reunião, seguindo a pauta dessa 11ª Reunião da Conselho Municipal de Habitação. Então, Ana Maria, passo a palavra para você, para que dê sequência nos trabalhos desta nossa reunião. **Sra. Ana Maria** -Vou compartilhar com todos a apresentação, dando início a nossa 11ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação na data de hoje, 05 de novembro de 2020. A pauta desta 11ª Reunião Ordinária do CMH, cuja convocatória foi encaminhada a todos dentro do prazo regimental, é a seguinte: 1. Aprovação da Ata da 10ª Reunião Ordinária do CMH de 03/09/2020.2. Execução do Plano de Metas da Habitação de 2017-2020 e Execução Orçamentária da SEHAB atualizada em 2020, cujas apresentações estarão a cargo das equipes da SEHAB (A Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo participa em conjunto com a Secretaria Municipal de Habitação nas Metas 29, 30 e 31). Então podemos passar para o primeiro ponto da pauta, que é a aprovação da Ata, que foi distribuída a todos os Conselheiros mediante a convocatória que foi realizada. Se todos concordam. **Sr. André** -Peço que seja retificado, porque na descrição do Movimento do qual faço parte, constou MOHAB, peço que seja só uma ratificação material para que conste MUHAB. **Sra. Fátima** - Só colocando na Ata anterior da Executiva, nós tínhamos colocado uma Resolução que não consta em pauta, e era para ser discutido hoje. **Sra. Ana Maria** - Só um momento Fátima, nós estamos num momento da reunião do Conselho Pleno, onde estamos na fase de aprovação da Ata da Reunião do Conselho Pleno que foi realizada no dia 3 de setembro. Então, pergunto: Há alguma alteração a ser feita nesta Ata do dia 3 de setembro além de retificação apresentada pelo André? Todos concordam com a ata? Então podemos considerá-la aprovada? Então, está aprovada a Ata da 10ª Reunião Ordinária e será publicada no Diário Oficial. Voltando, dando novamente a palavra à Fatima, acho que esse assunto que você tem para colocar, e que você falou que entrou na Executiva, podemos examinar após a apresentação do Plano de Metas. **Sra. Fátima** - Tudo bem Ana. **Sra. Ana Maria** - Segundo ponto de pauta é a Execução do Plano de Metas da Habitação de 2017-2020, que foi um dos pontos de pauta aprovados na Reunião do Conselho; e Execução Orçamentária da SEHAB atualizada em 2020, também foi uma proposta feita na Comissão Executiva realizada no mês passado, no dia 06 de outubro. E, convido quem vai fazer a apresentação por parte da SEHAB.

Sra. Vanessa -Boa tarde a todos, vou fazer a apresentação em nome da SEHAB. Meu nome é Vanessa, Arquiteta de DEPLAN, Diretora de DEPLAN. Vou fazer a apresentação do Programa de Metas juntamente com a parte orçamentária de 2017 a 2020. Como foi falado na última reunião, que foi solicitado na Executiva que fossem apresentadas as Metas com a parte orçamentária, venho mostrar para vocês o Programa de Metas. Então trouxemos um panorama anterior mostrando que de 2017 a 2020 nós tínhamos as Metas 30, 29 e 31, que era Regulação Fundiária, produção de UHs e Urbanização de Assentamentos Precários. No processo de revisão das Metas para que nós pudéssemos aprimorar isso, foi apresentado em 2019 uma revisão das Metas em três eixos, que a Secretaria de Gestão apresentou, que eram os eixos de Cidade, Cidadão e Gestão, Cuidar, Proteger e Inovar. Então dentro desses três eixos foi trabalhado. Aí entrou a Meta 10.1 seria desocupar 17 prédios para fim de interesse social; a 10.2 que era desmontar 14 ocupações de entroncamentos e vias arteriais, que obstruíam vias e criavam alguns problemas na circulação e mobilidade. Regularização fundiária: a Meta é de beneficiar cento e sessenta mil famílias, com procedimento de regularização fundiária. A Meta 19 e 21 mil unidades adicionais e a Meta 20 promover urbanização de assentamentos precários atendendo e beneficiando dez mil famílias. Dentro dos valores executados podemos observar, deixando claro como está nas observações, que os recursos não são somente do Tesouro, como também temos recurso federal, estadual, FMSAI, FUNDURB, OUC, que são as Operações Urbanas Consorciadas. Dentro dos valores executados pelas Metas em 2019 foi um milhão cento e dezenove, levando em consideração que nós passamos pela pandemia no começo de março, então teve essa ruptura nas ações com relação a essas ações das desocupações. Meta 18, de 2017 a 2020 já foram investidos R$ 83.839.132,33. Meta 19, R$ 667.887.000,00. Meta 20 de urbanização de favelas, R$ 539.858.000,00. Dando um total por ano, se olharmos, vocês estão vendo aqui, somados os anos de investimento, um bilhão, trezentos e dois milhões. Eu estava nesta tela, falando das execuções, nós fizemos por Metas, que é a Meta 10, para quem estava com conflito de tela. Só vou recapitular rapidamente, porque estávamos em um conflito de tela. Perfeito, só voltando nessa tela, falando dos investimentos, olhando por Meta, a única Meta que sofreu um pouco mais de impacto em 2020 era uma Meta que demandava atendimento às famílias que precisavam ser removidas de ocupações, então demandava esse atendimento, então ela foi paralisada frente à pandemia. Que são os entroncamentos viários, que tinham ações interligadas com a SMSUB, então isso foi paralisado, no restante não houve paralização das ações. Como vocês podem ver, nós tivemos o total das Metas até o momento R$1.302.703.513,00. Mostrando um pouquinho do que são as Metas com relação aos trabalhos, a Meta 10.1 que era desocupar dezessete prédios e a Meta 10.2 as quatorze ocupações. Dentro das Metas nós conseguimos atender às famílias, vocês estão com todos os nomes, foram nove empreendimentos com relação à Meta 10.2 e vinte e um com relação à Meta 10.1, que era desocupação dos prédios. Vale destacar que o do SABESP é o empreendimento que tinha sido ocupado, está sendo revitalizado para atendimento da demanda que aguarda em auxílio. A Meta 10.2 são as desocupações, que foi do Humaitá, caixa A e B, caixa C, Jaguaré, Viaduto Antártica e todos os outros que vocês estão vendo aqui. Porque o Osório teve entrega, inclusive, teve uma ocupação, teve que ser feita a desocupação, para que fosse entregue as unidades aos munícipes que estavam aguardando as unidades. Só dando esse exemplo. A Meta 18, são 160 mil, que seriam beneficiados com procedimentos de regularização, hoje já estamos em 124 mil de famílias beneficiadas dentro do universo de R$ 83.839.132,00 de investimento de 2017 a 2020. Vale destacar que esses valores são referentes a setembro, estamos fazendo atualização, nossas atualizações aconte-

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 17 de dezembro de 2020 às 01:56:15.

cem até o dia 10, nós entregamos as atualizações para a SGM, então esses valores são referentes a setembro. Então, também falando dos valores, que são valores que tem tesouro, recursos do Estado, federal, FMSAI, FUNDURB, todos estão aqui dentro do todo, não foram discriminados. Com relação às Metas, como são muitos núcleos, nós colocamos por Subprefeitura, dando um valor total de famílias beneficiadas a 124.844 e olhando por Subprefeitura você tem dentro dos biênios, Aricanduva 275, Butantã 4.621, Campo Limpo e assim por diante.A Meta 19, que é unidades habitacionais, que é produção de unidades, entrega de 21 mil unidades habitacionais, nós já entregamos 13.579, desse total nós já investimos R$677.877.000,00. Aqui também existem alguns valores, aqui você está aportado valor de SEHAB e COHAB, com relação aos empreendimentos que não só de SEHAB e também de COHAB investidos. Aqui são os empreendimentos entregues por ano, quais foram entregues por período e o total. Na verdade, dá os treze mil, que foi apresentado anteriormente, 13.579. Aqui são os exemplos das execuções, com relação à Meta 19 das unidades habitacionais. Esse aqui é do Alto da Alegria, um condomínio que ainda está em obras, vale destacar que esses valores investidos têm os valores das entregas e a obra no todo, então temos as entregas que estão previstas e as entregas já efetivadas. Então temos aqui as apresentações, que vai ser a entrega após 2020, tem o Bamburral, que está em obras, tem a parte que você tem entrega do que já foi entregue e o restante que já está aqui para entregar. Chácara do Conde também, Estevão Baião, que está em obras, que foram retomadas as obras, Heliópolis G, vista geral do que está para ser entregue dos conjuntos. Parque Sanfona, que já foram entregues cinquenta unidades e tem o restante para fazer, que estão dentro do condomínio J, K e L. Ponte dos Remédios. Lidiane. Viela da Paz. Entramos dentro da Meta 20, que é urbanização integrada dos assentamentos precários, onde promovemos a urbanização, põe infraestrutura e também a unidade habitacional, quando possível, dentro das cercanias, dentro daquele buffer, que é trazer o mais próximo possível das áreas. Dentro da Meta 20 já tivemos o benefício de 13.276 famílias, dentro do valor de R$ 539.858.217,00. Eu coloquei... a apresentação foi feita, colocamos aqui em branco para que vocês tivessem esse panorama do timing dos valores investidos. Aqui são todos, nós mostramos alguns exemplos da Meta 19 e aqui são alguns, mostrando para vocês, dos 13.276, os núcleos que sofreram a intervenção, não somente de unidades, mas também da urbanização. Aqui mostra nesse slide os benefícios que as adjacências e as áreas em cercanias também recebem o atendimento, e as outras áreas, que também, apesar de não estar dentro das Metas, também estão sofrendo intervenção por conta da urbanização. No caso, dando um exemplo para vocês, do Keralux, está sendo feito laudo ambiental e tudo mais. Alguns exemplos, do Cantinho do Céu, urbanização, calçamento, Jardim Arnaldo, Manoel Vaz, Jardim Ângela, a parte de urbanização, da caixa de esgotamento, a execução de drenagem. Parque das Flores, canalização em canal fechado. Era esse o nosso panorama com relação à parte de investimentos e Metas da Secretaria. Muito obrigada. **Sra. Ana Maria** - Pergunto se podemos abrir para os Conselheiros fazerem as perguntas. **Sra. Vanessa** - Sim. **Sra. Paula** - No plano de Metas eu vi que você separa o recurso separadinho, por exemplo, investimento, recurso próprio e outros recursos. Eu queria saber se por acaso vocês têm alguma tabela disponível que o orçamento seja separado dessa forma para os empreendimentos, por exemplo, assim, os empreendimentos de 2020, você tem lá o nome dos empreendimentos, número de unidades, total de unidades, e no outro slide você tem o valor total para todos esses investimentos, mas você não tem separado exatamente por empreendimento e os recursos, o que é próprio e o que são outros recursos, por exemplo. **Sra. Vanessa -** Nós temos, na verdade eu trouxe um âmbito geral, nós temos o controle, existe uma planilha de controle de obras e de projetos, onde temos o que é FMSAI, quais são os valores investidos para cada empreendimento, por exemplo, tem obra que está dentro da... tem FUNDURB e tem FMSAI. Toda a área do manancial, as áreas de manancial, a grande maioria tem FMSAI, por exemplo. Então, assim, tem recurso, o Keralux tem recurso que vem da, agora fugiu, tem recurso que vem do Banco do Brasil, por exemplo. Na verdade nós temos que ter isso, nós temos uma planilha de controle orçamentário onde fazemos essa separação, então Bamburral eu tenho dinheiro do FMSAI, eu tenho a obra do Lidiana, as desocupações, as desapropriações elas são em grande maioria são desapropriadas pelo FUNDURB, dentro das macroáreas, então assim, isso é tudo separado. **Sra. Paula** - Mas nós conseguimos ver isso? Por exemplo, 2020 são 4.181 unidades, foram feitas em 2020, com o dinheiro lá de 111 milhões, isso aí. Acho que é slide 10. **Sra. Vanessa** -Esse aqui da Meta 19. Das treze mil, você quer saber, por exemplo, do Sapé, Sapé eu tenho dinheiro de quem. Por exemplo, Paraisópolis eu tenho FMSAI e FUNDURB, é isso que você quer saber? **Sra. Paula** - É. Só para termos essa ordem de grandeza, porque temos o total aqui de 111 milhões, se você dividir pelo número de unidades, vai dar um valor baixo. Eu queria entender da onde vem o recurso próprio que é de fora. **Sra. Vanessa** - Aí é uma questão de obras mesmo. Eu faço o monitoramento dos valores, mas aí dentro disso como que... eu não estou com a planilha aqui, vou ser bem sincera, deixa eu ver se a Márcia pode dar um pulo aqui. **Sra. Paula** - Se puderem disponibilizar por e-mail tudo bem. **Sr. Miguel** - Vanessa, depois eu quero me inscrever. **Sra. Ana Maria** - Sandro também está inscrito. **Sr. André** - André Araújo, peço inscrição, Ana Maria. **Sra. Rosane** - Me inscreve também, Ana Maria, Rosane. **Sra. Samira** - Ana Maria, também me inscreve por favor. Samira. **Sra. Vanessa** - Paula, deixa eu só esclarecer para a Paula antes de passar para os restantes, só esclarecer que assim, os valores eles não, primeira coisa, Paula, como eu falei no início da apresentação, temos que deixar claro que, existem unidades entregues e obra em andamento dentro de cada núcleo, então realmente o valor não vai bater, porque eu tenho obra andando e unidade entregue, entendeu? Eu tenho o cômputo geral de valor de investimento, eu fiz o aporte do recurso, eu estou usando o recurso para entregar todas aquelas unidades, eu fiz entrega de X unidades, porém tenho as outras que estão em andamento e que estão recebendo também o recurso, então o recurso investido não está batendo com o total, é nesse sentido. Não sei se esclareceu. **Sra. Paula** - Mas a dúvida era o quanto do recurso você tem disponível para os empreendimentos, o que é recurso próprio e o que não é, entendeu? Só para termos noção dessa ordem de grandeza, porque se você pegar esses 111 milhões e dividir por 4 mil cento e tantas unidades, que foi o executado, dá um valor de vinte e seis mil e pouco por unidade, então eu queria ter uma ideia de quanto que, naquela sua tabela dos empreendimentos entregues, o quanto que foi disponibilizado para cada empreendimento. Mas se você não tiver agora e puder por e-mail, pode ser também. **Sra. Márcia** - Paula, meu nome é Marcia, eu trabalho em CFT, e eu na verdade faço o acompanhamento da execução orçamentária, deixa eu só esclarecer uma questão. Com relação ao que você fala de não estar separado os recursos, os tipos de recurso por ano, eu falo que assim, temos esse controle, temos o valor que está sendo investido por fonte de recurso, ele só não está apresentado aqui desmembrado, mas se houver a necessidade desse desmembramento nós podemos apresentar numa outra oportunidade quais são esses valores investidos por obra e por fonte de recurso, aí é só uma questão de acertar isso e definir que nós fazemos essa apresentação. **Sra. Paula –** Como faz essa solicitação? Os Conselheiros estão de acordo de nós termos esses dados? Como acessamos? **Sra. Ana Maria** - Paula, não dá para ouvir o que você falou. **Sra. Paula –** Perguntei como faz essa solicitação. Eu tenho esse interesse de saber o quanto de recurso, como é esse desmembramento. Se mais Conselheiros tem esse interesse, se for uma solicitação de todos, acho que é importante. **Sr. Miguel** - Eu também tenho. **Sra. ...** Eu quero essa informação, Paula. **Sra. ...** Sim, também quero. **Sra. Ana Maria –** Eu posso dar uma sugestão? Nós mandaríamos previamente para vocês esse desmembramento a partir desses dados que DEPLAN elaboraria,, e se houver necessidade, ficaria para uma próxima apresentação. O que vocês acham? **Sra. Paula -** Este ano, Ana Maria? **Sra. Ana Maria** - Tudo depende do prazo que DEPLAN vai demorar para revisar, se ela tiver condições ainda apresentaria na reunião do dia 15 de dezembro, que é a data da próxima reunião do Conselho Pleno. Vanessa? **Sra. Vanessa** - Bem, eu me disponho a fazer, eu só preciso saber se tudo bem, por mim tudo bem posso fazer, só preciso saber o timing que precisamos entregar para que não aconteça a mesma coisa que aconteceu essa semana de entrega, Ana, para que eu não incorra no erro de entregar em atraso para você poder replicar para os Conselheiros, como aconteceu essa semana. Então qual o prazo que eu teria que entregar isso para que eu possa verificar junto à equipe essa elaboração? **Sra. Ana Maria –** Vanessa, a próxima reunião do Conselho Pleno é no dia 15 de dezembro. Então nós temos que entregar aos Conselheiros com dez dias de antecedência, ou seja, você tem que entregar na Secretaria Executiva até o dia 4 de dezembro. Quem tem que dimensionar o timing agora é você. **Sra. Vanessa** - Enquanto isso eu verifico com a equipe. **Sra. Ana Maria** - Nós podemos ir para o próximo inscrito. Veja, tem duas pessoas que levantaram a mão, a Uranide e a Rosane Tierno, está registrado aqui também que vocês levantaram a mão. Mas vamos seguir a ordem dos inscritos para fazer as perguntas, pode ser? Próximo inscrito é o Miguel Gomes Lima. **Sr. Miguel** - Olá, pessoal, boa tarde. Eu tenho uma dúvida em algumas coisas. Eu quero voltar na planilha 8, onde fala que em Pirituba. Pirituba Jaraguá em 2018 e 2019 teve a regularização de 12.298 unidades. Eu gostaria, como Conselheiro, gostaria de acompanhar quais foram essas unidades, onde foi. Porque estamos em uma briga aqui em Pirituba por regularização e até onde eu vi algumas áreas da Associação do Marcos Zerbini e Fábio Ribas foram regularizadas, mas eu quero conhecer de perto, não sei quem vai poder me detalhar isso, eu quero acompanhar. Eu quero acompanhar. Acho que isso, esses dados não são corretos, não são verídicos esses dados. Lá nas entregas de unidades, isso é uma dúvida que eu queria entender. **Sra. Vanessa** –Sim. Que você quer acompanhar os números e a regularização de Pirituba, Jaraguá poderia pedir para a Silvia (conselheira Silvia Mesquita), não sei se ela está aqui, para que ele possa complementar essas informações com relação à parte de regularização fundiária. **Sr. Miguel** - As doze mil unidades, eu quero saber onde foi. É o número de famílias, que foram 12.899 famílias atendidas, quero ver isso de perto. Porque eu acho, desculpa, mas eu acho inverdade isso, eu quero conhecer. Outra dúvida, aí é uma dúvida, quando se fala em unidade entregue, eu acho muito engraçado, se fosse essa realidade, porque se diz vinte e cinco mil unidades, eu estou vendo todos os dias, toda hora, o Prefeito na propaganda eleitoral falando do número de unidades entregues, eu queria muito bem conhecer. E aí eu vejo nas unidades entregues, vamos ver pelas que eu conheço aqui, eu vi citar aqui em algum lugar, está aqui, eu já achei, Mutirão que era do Programa Minha Casa Minha Vida Entidade, aqui tudo na cota da Prefeitura. Estou vendo aqui projetos que foram começados lá em mil novecentos e bola, já estava pronto e entregue, é programa do Minha Casa Minha Vida Entidade. Isso está entrando tudo na cota da Prefeitura como unidade entregue. **Sra. Vanessa** - Miguel vou te interromper porque é o seguinte, nós estamos mostrando de 2017 a 2020, e as unidades que tinham obras em andamento elas foram concluídas e entregues nesse período. Então assim, as unidades que foram entregues e que estão aqui lançadas, elas podem ter sido começadas anteriormente, mas elas foram entregues nestas datas, nestes anos. Então assim, posso, até concordo que existem obras que foram começadas anteriormente, no próprio caso de Heliópolis, em que eu estava na coordenação à época, porém foram entregues nesta Gestão de 2017 a 2020. Por exemplo, os prédios que são do SABESP e que foram ocupados, eu saí da SEHAB estavam sendo feitos, eles foram concluídos e entregues nesta data. Então assim, eu discordo de você, peço desculpas, porém eu discordo, porque as unidades foram entregues nas datas que estão sendo apresentadas. **Sr. Miguel** - Vanessa, desculpa, mas eu acho que você não esperou eu terminar, eu concluir minha pergunta. Eu estava perguntando a logística que é feita que, por exemplo, na unidade Minha Casa Minha Vida Entidade, que vem diretamente do Governo Federal as entidades, estou fazendo essa pergunta: Como isso vai entrando na cota da Prefeitura? É essa a minha pergunta. Porque, assim, eu entendo que o dinheiro, recurso, que a Prefeitura dispõe, tal e tal, eu entendo, mas eu estou fazendo uma pergunta que é uma dúvida que eu tenho. Como que as obras do Governo Federal, que é diretamente com as entidades, cai na cota da Prefeitura? É essa minha pergunta, você antecipou a resposta, então eu quero saber a resposta, foi essa minha pergunta. Porque assim, as obras do Minha Casa Minha Vida entidade eu fico muito, eu acho muito, não sei, não consigo entender, as entidades vão lá, brigam para ter, direto lá em Brasília, briga para as unidades, faz o convênio, fazia o convênio com as entidades, as entidades responsabilizavam para construir, constrói depois entra na cota da Prefeitura, é essa minha pergunta, aí é muito fácil. É essa minha pergunta, eu queria entender a logística. **Sra. Vanessa** - Vou responder assim para você, Miguel, assim, grande parte das unidades que foram entregues em 19/20 os investimentos estão concentrados. Agora, do que se refere ao se entra ou não na conta da Prefeitura, entra sim, Miguel. Sabe por que entra? Porque existe o aporte municipal também. Entramos com aporte municipal e federal e também alguns dos empreendimentos têm aporte do estado, do Município e do Governo Federal. Então assim, tem alguns empreendimentos que, no caso do Minha Casa Minha Vida eles tem sim, eles estão na nossa conta, porque existem as contrapartidas, então entrou dinheiro do Governo Federal, Governo Municipal e Governo do Estado, como você pode ver no asterisco que eu coloquei inicialmente, as fontes de recurso consideradas são: Tesouro, recurso federal, recurso estadual, FMSAI, FUNDURB e foram inseridos os valores apontados em 17/18 pelos Municípios os empreendimentos Minha Casa Minha Vida, então esses valores estão aportados e, por essa razão, estão computados sim dentro da nossa conta. **Sr. Miguel** - Entendi. Respondeu a minha dúvida. Porque, assim, pela questão do aporte isso vai para uma cota da Prefeitura. **Sra. Ana Maria** - O próximo é André de Araújo. **Sr. André** - Uma boa tarde a todos e todas, em especial aí o nosso Presidente da nossa reunião. O primeiro comentário que eu faço, já parabenizo por terem fornecido o material à disposição, o que não aconteceu da vez da regularização fundiária, então já é para se bater palma, mas infelizmente não foi completo. Por quê? Eu sugeriria que se colocasse, pelo menos, o número nas páginas. Por quê? Porque eu vou fazer o comentário aqui, aí já fica difícil para nossos colegas estarem acompanhando e desenvolver o raciocínio diante do comentário. **Sra. Vanessa –** Pode falar a página que eu coloco aqui, André, qual a página que você quer? Está compartilhada minha tela ainda. **Sr. André –** Sim, mas eu acho que seria importante estar estampado porque a gente salva aqui e não tem, quando você baixa, quando você vai baixar tem, mas como não está estampado no material, então depois que você não baixa você não consegue ter noção. **Sra. Vanessa** - Eu entendi, André, compreendo e vamos providenciar que isso seja corrigido para as próximas, ter o número das páginas para a apresentação. **Sr. André** - O quarto ponto é o seguinte, que eu esperava o seguinte, que nós viéssemos a qualificar os números, então fica um show, sempre tem reclamação, desde o começo do meu mandato, foi sempre esse show de números. Por que eu digo isso? Vamos aqui, na Meta 19. Nós temos aqui um disparate do ano 2018, a questão dos recursos. Então, por exemplo, 2017 R$109 milhões, 295 2018 e caiu em 2019 para R$161 milhões. Então minha primeira pergunta vai aí, por que essa diferença? A mesma coisa aplicando à Meta 20, em relação a 2018/2019. Outra situação que eu faço coro aqui com a Paula, é a separação das origens dos recursos. Por quê? Porque nós temos que saber as origens dos recursos até para poder entender, principalmente na questão da fonte zero zero, os repasses e dos fundos municipais aí, eu acho que seria bastante interessante isso aí estar disponível para todos os Conselheiros, isso ser uma praxe, essa distinção. Só a questão aqui para que a Vanessa possa comentar, sobre a Meta 10. A Meta 10 então não foi desocupado, como ficou a desocupação aqui dos dezessete prédios? Nenhum foi desocupado? Como ficou a situação? Mesma coisa a Meta 10.2, desmontar quatorze ocupações. Outra sugestão que eu faço aqui na apresentação do material, é além dos números, também os números que foram executados estarem o seguinte, qual a porcentagem daquilo que era previsto para ser executado e daquilo que foi executado. Por quê? Porque aí ficaria mais fácil para você visualizar. Você poderia usar aí um quadro para você, você pode fazer isso aí, ou pirâmide, diversas maneiras para você visualizar isso. Então, numa apresentação sempre é bacana você fazer isso. Outra situação que eu coloco aqui é a questão sobre a Meta 20, que também parece não se chegou ao que era pretendido, chegou só parece que Metade daquilo que foi ali previsto. Por que aconteceu isso? Quais foram os problemas que ocorreram para que não se chegasse a essa Meta, na Meta 20, principalmente, de urbanização. Por que ficou faltando, não se conseguiu concluir essa situação? Então essa minha crítica em relação à questão da apresentação e do material. Acho que tentar qualificar melhor a questão desses números aí. Então, nós temos aqui, como já disse, Meta 19 tem um disparate aqui de recursos, 2018, 2019 teve uma queda. Por que isso ocorreu? Na Meta 20, nós temos aqui no ano 2018 um disparate em relação a 2017 e um crescimento no ano 2019. Por que isso ocorreu? Foi repasse? Não foi?

Outra questão também em relação à Meta 20, por exemplo, o distrito de Parelheiros, no ano de 2017 você tem zero na questão da urbanização, por que isso aconteceu no distrito de Parelheiros no ano de 2017? Então, aqui no quadro, página oito. **Sra. Vanessa** - Eu estou pensando aqui, ele fez várias perguntas com relação ao investimento, com relação à Meta 10 nós tivemos. **Sra. Vanessa-** Bem, com relação à Meta 10, deixando claro que houve sim até março, houve intervenção, André, foi paralisado porque a intervenção da desocupação demanda a retirada de famílias, a retirada de famílias e o atendimento, então para isso eu preciso de atendimento, são várias Secretarias que atuam, então SMSUB, SEHAB, então essa junção de forças em função da pandemia foi paralisado. Se alguém pudesse, se conflitos estiver aqui e quiser se manifestar complementando as minhas informações, eu agradeço. Não sei se quem estava à frente naquele momento era a Manuela. Não sei se a Manuela está aqui para fazer essa complementação. Agora qual sua outra questão, que você falou das unidades, da Meta 10. **Sr. André –** Falei da questão das unidades, a questão do disparate de recursos, por que essa variação. Quais as fontes? Por que isso ocorreu? Queria que você explicasse bem essa questão. Mesma coisa em relação à Meta 18 e à Meta 20. **Sra. Vanessa –** Da Meta 18, eu peço o auxílio com relação à regulação fundiária do para e passo com relação aos investimentos à equipe de regularização, para que faça essa complementação com relação aos investimentos, porque houve os investimentos de fato e estamos atendendo e a previsão é que vamos chegar próximo do valor. E as obras, como eu falei para a Paula anteriormente, as obras são o global, elas são o valor cheio da obra, onde você faz investimento para o total, então você está investindo, tem trecho de obra que está em fundação da unidade, no caso da Meta 19, tem unidade que está em fundação e tem coisa que está no acabamento, então estou entregando unidade e estou fazendo a obra do outro, estou falando do âmbito total, eu tenho um valor cheio de investimento, estou falando da Meta 19 e 20. Falando da Meta 19 e 20 estamos falando de valor global de investimento, onde eu tenho naquele período eu entreguei tais unidades do empreendimento, porém ainda resta a urbanização do restante, ou a construção do restante. Agora da Meta 10 eu peço para Conflitos uma ajuda de complementação e da 18 a CRF complementar porque são vários procedimentos de regularização fundiária, além da titulação efetivamente. **Sr. André –** Outra questão, Vanessa, só para que eu sinto dificuldade, e já desde 2018, é também verificar a questão das áreas que estão sob ação judicial já até com trânsito em julgado, não é verdade? Então tem várias áreas que estão com trânsito em julgado já para urbanização e regularização fundiária e eu acho que seria interessante também na próxima apresentação se fazer o seguinte, uma apresentação em relação a isso também, além de já colocar um anexo especial para isso. **Sra. Vanessa -** Aí é uma pauta específica. **Sra. Ana Maria -** Vanessa. **Sra. Vanessa** - Oi, Ana, pode falar. **Sra. Ana Maria** - Esse pedido do André é possível você fazer ou seria alguma coisa...? A regularização? **Sra. Vanessa** - É, essa pauta é específica de regularização, que deveria fazer uma... porque existe um trabalho sendo feito sobre as priorizações das áreas, existe um trabalho, tem um grupo técnico desenvolvendo um trabalho, mas é preciso ... É uma pauta específica de regularização. **Sr. André -** Depois você explica só a Meta 19 porque estava constando aqui 21 mil unidades aí 2017/18 4245, por que esse disparate nesses números? Foi praticamente só um quarto do que estava previsto, um pouco mais. **Sra. Vanessa** - Perfeito, Ana, está certo. Com relação à Meta 19, André, deixa-me entrar no slide, com relação à Meta 19 você está falando dos números de entrega. É isso, André? **Sr. André** - Ficha técnica, isso. **Sra. Vanessa -** Onde eu tenho os valores de entregas somados, eu venho aqui com as entregas, 17, 18, 19 e 20. Então elas somadas estão dando 13.579, queria entender qual foi a dissonância que você está tendo com relação a isso. **Sr. André -** Está escrito aqui a ficha técnica 19.1, entregar vinte e uma mil unidades habitacionais, executado no biênio 2017/2018. Esse vinte e um mil aqui, é da Meta toda, inclusive dos últimos dois anos? **Sra. Vanessa** - Vinte e uma mil é tudo. Vinte e uma mil são todos os anos, é o total, André. É 2017 a 2020. **Sr. André -** 19/20, onde está a entrega 19 e 20? **Sra. Vanessa** - Aqui. Você está vendo minha tela, André? **Sr. André** - Não. Aí está recursos. **Sra. Vanessa - Eu vou entrar na outra tela. Você está falando aqui? Por exemplo, 17 mil novecentos e oitenta e dois, 2018 duas mil duzentos e sessenta e três unidades, unidades por ano. Em 2019 cinco mil cento e cinquenta e três e eu te exponho os empreendimentos e 2020 os empreendimentos com unidades, que são quatro mil cento e oitenta e uma, que vai dar nesse total, treze quinhentos e setenta e nove. Sr. André** - Teve então 30%, a Meta não conseguiu atingir, só 70% daquilo que era pretendido, é isso? **Sra. Vanessa** - Na verdade, André, as obras ainda estão acontecendo, não acabamos, né, então não posso falar para você, porque tem obra que está sendo, que vai ser entregue, então tem muita unidade... **Sr. André -** Sim, mas hoje 70% daquilo que estava previsto, é isso? **Sra. Vanessa** - Ssó para te dar um exemplo, André, tem mais de setecentas unidades para entregar, eu não tenho o número fechado aqui agora, nesse momento que estou falando com você, mas eu sei que tenho mais de setecentas unidades para serem entregues até o final do ano, entendeu? Existem unidades, estou te falando no âmbito geral. **Sr. André** - Estou raciocinando aqui, em 2020 você colocou 4181, então o raciocínio aqui quem analisa o material associa o seguinte, que 2020 serão entregues 4181. Então, essa questão que eu coloco. Porque aqui não tem um quadro que ainda falta. Não tem um quadro, um dado, daquilo que ainda vai ser entregue. **Sra. Vanessa -** Não, não foi essa solicitação. A solicitação era o panorama das entregas e dos investimentos com relação à execução, execução orçamentária, então o que foi executado até agora foi isso, até este momento, então até que eu coloquei no slide logo no início, que as informações eram referentes a setembro, tem informações ainda a serem computadas. Por quê? Nós fazemos a atualização mensal, onde fechamos os dados das Metas e orçamentos até o dia 10 para ser entregue para a Secretaria de Governo. Então assim, eu tenho as unidades a entregar, ainda existem unidades a entregar até o final do ano que estão em obras, existem obras em andamento que vão computar dentro de 2020 e existem ações que estavam sendo trabalhadas em setembro, em outubro e estão em andamento em novembro, que serão computadas só no final do ano para fechamento da gestão. Então, assim, eu não tenho um número. **Sr. André** - Mas a previsão de entrega até 31 de dezembro, quantas são, fora as que já estão computadas aqui, você tem essa ideia ou não? Ou não tem? Ou se Deus quiser? **Sra. Ana Maria** - André, desculpa intervir, mas o trabalho que foi solicitado era dar uma fotografia, um panorama, do que foi executado até esse momento. Então eu concordo com a Vanessa, que o que ela está apresentando são os dados como consta aqui até setembro, que é a fotografia que ela tinha das realizações feitas. Eu não sei se a Vanessa tem essa previsão. **Sra. Samira** - Posso fazer uma fala? Porque essa foi uma solicitação minha e eu não sei se ficou clara, porque quando eu fiz a ideia era realmente saber se ia cumprir ou não a Meta, porque, por exemplo, agora estamos em campanha política e temos ouvido o Covas falar que vai cumprir a Meta e estamos em novembro, temos menos de dois meses até o fim da gestão e de produção habitacional, por exemplo, está em treze mil sendo que a Meta é vinte e um. É isso o que eu queria saber, assim, vai fazer oito mil unidades agora em dois meses? Se não vai, quantas que está previsto entregar. Por exemplo, colocou aí o Estêvão Baião, fotos e tal, Estêvão Baião estava parado até recentemente, eu passei lá na frente esses tempos e vi que pintaram. É isso que eu acho que faltou colocar porque era também minha fala. Mas eu quero saber, vai cumprir ou não até o fim do ano? **Sra. Ana Maria -** Só um instante, Vanessa. Vanessa, eu tenho a gravação toda do que aconteceu na reunião passada, inclusive Samira, a sua solicitação, de que aparecessem os dados do plano de Metas e do que foi executado orçamentariamente, e o pedido que foi feito à Vanessa era de que ela atualizasse os dados, que os dados que ele tinha eram naquele momento até agosto. Então foi pedido para que se fizesse um trabalho apontando o que foi executado tanto orçamentariamente quanto das Metas, do que tinha sido realizado com os dados que ela tinha de mais concreto, então eu não estou entendendo qual é a dúvida. **Sra. Samira -** Ana Maria, eu não sei se não ficou claro, mas eu lembro até de ter falado, eu até lembro que o Secretário estava presente e eu estava achando que seria a última reunião agora e falei para ele até porque como vai ser o fechamento da gestão e vai ser a última reunião da gestão, que nós soubéssemos o panorama da gestão, então acho que pode não ter ficado claro o que a gente queria saber, o que eu queria saber, foi uma proposta minha, de saber até o último dia da gestão, mas eu achei que tinha ficado claro. Seria interessante, que eu acho que a Vanessa não deve ter esse dado aqui hoje, porque ela não se preparou para isso, mas que nós recebamos isso. Saber se antes da eleição se a gestão vai cumprir ou não as Metas. **Sra. Vanessa** - Na verdade nós já viabilizamos, então isso que eu vou pegar e falar com relação à Meta de unidades. O que acontece, estou falando das construções de SEHAB, esse número de 13.579 são de SEHAB. SEHAB, COHAB, no caso Minha Casa Minha Vida. Agora, tem que deixar claro que desde 2017 25 mil unidades habitacionais foram viabilizadas dentro das quais essas 13.579 que estou falando para vocês, que foram entregues pelo Município. Outras 5.500 estão em construção, que eu também falei agora. E outras 6.000 unidades foram entregues em parceria com a iniciativa privada. Então assim, temos que deixar claro que já estamos cumprindo essa Meta. O Município participou por meio de outorga onerosa, taxa de licenciamento, ISS. Então já estamos cumprindo, a Meta já está sendo cumprida. Então, assim, estou falando dos números, eu estou trazendo hoje para vocês o número dos 13.579 que foram executadas exatamente pela SEHAB, agora existe o privado e existe as construções em andamento. **Sra. Paula** - Pessoal, o Sandro está com problema no microfone, não sei se ele está conseguindo falar, mas ele escreveu no chat a pergunta dele e me passou, eu sou representante dele. Se ele não conseguir falar, eu sou representante dele. **Sra. Ana Maria** - Na hora que eu chamar o Sandro, Paula, aí você intervém. Podemos passar para a Silvia Mesquita? **Sra. Vanessa** - Sim, da minha parte sim. **Sra. Silvia** - Olá, boa tarde pessoal, tudo bom? Então é a Silvia que está falando aqui, da regularização fundiária. Com relação à pergunta do Miguel e do André também com relação aos atendimentos das famílias beneficiárias e regularização fundiária, é logico, regularização fundiária é um processo bastante longo, bastante extenso e que nós não conseguimos elucidar isso em um, dois anos, é um processo bastante prolongado, então nós determinamos algumas fases e algumas Metas que nós alcançássemos, para conseguir alcançar a Meta daquela área. Então, nem todas essas áreas chegamos finalmente na emissão da matrícula, em muitas nós conseguimos, mas é um processo bastante moroso, então quando falamos daquelas famílias beneficiadas de Pirituba, Jaraguá, muitas delas foram com a emissão da CRF, outras com marco temporal de notificação daquela área, porque conseguimos fechar o perímetro, ou então que conseguimos fechar uma listagem, então se quiser eu posso em outra oportunidade apresentar para vocês quais são os marcos temporais que nós conseguimos, que determinamos junto com a Secretaria da gestão, que seriam os marcos que nós íamos considerar como Meta alcançada, para poder atingir a Meta, mas isso não quer dizer que depois que alcançamos essa Meta deixamos de trabalhar, todas essas áreas nós continuamos a trabalhar até chegar na Meta final, que é a titulação com a matrícula para cada uma destas pessoas Com relação ao recurso, André, que você estava perguntando o porquê houve aquela caída imensa, porque a CRF pretendia fazer a licitação, nós estávamos com tudo pronto para poder prosseguir com a licitação, nós reformulamos todo o termo de referência para prosseguir com a licitação, mas isso foi bloqueado no TCM e não conseguimos dar andamento, optou-se, o Secretário anterior, Secretário João, ele não prosseguiu com o contrato emergencial, então não houve nenhuma empresa que nos auxiliasse a regularização fundiária, então basicamente esse ano nós cumprimos a Meta, basicamente somente com os funcionários da casa aqui dentro, não temos nenhuma empresa contratada que nos auxiliou em nenhum instante para a realização do nosso trabalho aqui na CRF. **Sr. André** - Só para encerrar, Silvia, a questão de Parelheiros, da Meta do biênio de 2017/2018, aparece zero. O que ocorreu? Outra, 2019/20. **Sra. Silvia** - Então, nessa época eu não estava aqui, André. 2017, eu entrei no final de 2018, exatamente assim, 2017 também foi época da promulgação da lei, e houve também a reestruturação da CRF, a Secretaria ficou meio no aguardo para poder também auxiliar a mudança da legislação, os nossos técnicos ficaram bastante inseguros, o cartório também, então toda a insegurança ali de começar a agir pela lei federal, houve também o tempo de preparo para nossos técnicos para mudarmos nossos procedimentos de atuação dentro da Secretaria, a reestruturação também atrapalhou um pouco porque houve mudanças drásticas na atuação aqui dentro da Secretaria, então 2017 foi um ano meio devagar para a SEHAB. Mas a partir de 2018... **Sr. André** - 2019/2020, esse 448 em Parelheiros, você pode depois informar via e-mail onde foram essas unidades? **Sra. Silvia** - Posso, sim, André, eu te passo por e-mail. **Sra. Ana Maria** - O conselheiro Sandro então se faz representado pela Paula Paschoal. Paula. **Sra. Paula** - Eu vou fazer a pergunta que ele fez no chat, ele perguntou, aproveitando até a colocação que a Samira fez em relação às cobranças das Metas, ele quer saber quantas unidades ficaram para ser entregues em 2021, se vocês vão apresentar essas Metas. **Sra. Vanessa** - Não, nós não trouxemos o cômputo para 21. Eu trouxe só os números realmente do que está sendo executado, e conforme falei para vocês, estamos, com relação à Meta 19, já estamos cumprindo, em função daquilo que já tem sido feito ao longo do tempo, desde iniciati-

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 17 de dezembro de 2020 às 01:56:16.

va privada, em construção e o que já foi feito, estamos cumprindo a Meta das vinte e cinco mil. Agora, com relação a essa nova apresentação, temos que pensar se vale a pena fazer uma apresentação de tudo isso em dezembro ou se vale a pena fazermos uma no início, na primeira reunião do ano, fazer um panorama geral do que foi a gestão anterior. Aí é uma coisa que é questão de vocês avaliarem. **Sra. Ana Maria** - Bom, o que foi combinado, Paula, era sobre as Metas de 2017-2020. **Sra. Paula -** Não, é que considerando, eu creio, o Sandro fez a pergunta e ele não está aqui, mas estou imaginando que considerando que as Metas de 2020 não estão sendo cumpridas, ou não vão, ele queria saber se tem a proposta para 21. **Sra. Ana Maria** - Ok, acho que a Vanessa respondeu. Podemos passar para o próximo? A próxima é a Samira. Samira, com a palavra. **Sr. Ricardo Viegas** - Uma questão de ordem, só, por favor. Eu estou ouvindo aqui a reunião, eu só queria um esclarecimento e parece que alguns Conselheiros tem afirmado aí que não tem atingido a Meta, é isso? **Sr. Ricardo Viegas** - Isso, dizendo com relação à Meta deste ano que não está sendo cumprida, é isso? **Sra. Vanessa** - É, eu esclareci Secretário com relação às unidades, que tem tanto do privado com as outorgas e o que tem sido feito são seis mil e quinhentas, cinco mil e quinhentas que estão em construção e também esclareci dos nosso número de unidades. Mas aí não se se ficou dúvida ainda da parte dela. **Sr. Ricardo Viegas** - Não, porque me parece, do que eu ouvi aqui, é que isso ficou em dúvida. Aliás, uma coisa em andamento e não está apresentada no relatório, o relatório, a próxima reunião pode-se comprometer de apresentar tudo o que está sendo feito. **Sra. Paula** - Secretário, acho que foi isso que a Vanessa esclareceu, nós estamos agora em novembro, falta um mês para acabar o ano e os dados apresentados são de setembro, então estávamos pensando como que em um mês vai terminar aquele número de unidades apresentado, mas acho que ela respondeu que estava em andamento. **Sr. Ricardo Viegas -** Um mês não, ela está apresentando os dados de setembro, é isso? **Sra. Paula** - Isso, é isso que ela respondeu. **Sr. Ricardo Viegas** -Então, nós temos outubro, novembro e dezembro. Nós temos quase um trimestre. **Sra. Paula** - Isso. **Sr. Ricardo Viegas** - Isso. Então assim, se for o caso, para deixar bem claro em relação a sua observação em relação a sua observação com relação à Meta de 2020, nós apresentamos na próxima reunião os resultados do ano. Ok? Até porque nós aqui estamos trabalhando, todos nós estamos trabalhando, toda a equipe, coordenada por nós, o Secretário, todas as equipes estão trabalhando em cima dos números que estão colocados como Meta, não estamos trabalhando com não cumprimento. Então a expectativa é sim de execução. **Sra. Samira** - Assim está bom? Dá para ouvir? **Sra. Ana Maria -** Assim está. **Sra. Samira** - Então, eu só queria, que eu entrei no meio da fala, desculpa, do André, mas só para esclarecer, que eu não sei se ficou claro ou não na minha fala, na outra reunião, mas a ideia, eu acho que até o Secretário tinha entendido isso, mas era que fosse apresentado para sabermos como um fechamento de gestão mesmo. Eu em momento nenhum queria saber em setembro, eu queria entender porque estamos agora em época de eleição, ouvimos muita coisa, eu queria entender realmente se a gestão estava cumprindo com o plano de Metas. Se não ficou claro, estou deixando agora claro, qual tinha sido meu pedido, entendo que não vai ter agora todas as respostas, mas eu acho que seria muito interessante, pediria que isso fosse enviado para nós muito em breve, até porque acredito que isso deve ser relatório que se manda para Secretaria de Governo, nesse momento deve ser até semanalmente por conta das eleições, então não deve ser uma coisa muito difícil de ter. Agora quanto a isso, mas eu acho que a Vanessa foi falando umas coisas e eu não consegui acompanhar. Porque assim, nós temos no plano de Governo tinha a Meta 19 que eram vinte e uma mil unidades, a Vanessa apresentou em produção diretamente pela SEHAB o número de treze mil e poucas, disse que tem cinco mil e quinhentas em construção e falou de algumas outras unidades, eu queria só esclarecer exatamente todas as unidades, que são as que o Covas tem falado, ele tem falado que está entregando vinte e cinco mil unidades na campanha dele, eu queria entender o que são essas vinte e cinco mil unidades que estão sendo divulgadas, de onde vêm, por exemplo a PPP do Estado não deveria entrar como produção do Município, sabemos que ela é direta feita pelo Estado e pela iniciativa privada, então entender o que está entrando nesse valor. **Sr. Ricardo Viegas** - Desculpa, só para corrigir, essa sua observação a Prefeitura participa sim, com terreno, com recurso, então existe uma integração, ou seja, existe uma ação da Prefeitura nesse sentido. Então, há uma participação sim do Município. **Sra. Samira** - Só colocando uma outra questão que tem, eu queria entender o que aconteceu, porque hoje saíram dois decretos, o número até anotei aqui, o 59.885 e 886, que vai falar sobre as leis, vai legislar bastante coisa sobre, que eu ainda não consegui ler todo, são dois documentos grandes e saíram hoje. Mas como esses decretos saíram hoje sem ter passado pelo CMH em nenhuma reunião, como que fica essa questão? Acredito que isso teria que ter passado pelo CMH para poder ser publicado e por que isso aconteceu sem a nossa participação, sem a nossa participação e sem a nossa aprovação. São essas as minhas duas questões. **Sra. Ana Maria -** São Decretos que foram feitos pela Secretaria de Licenciamento e de Desenvolvimento Urbano. **Sra. Samira** -É, mas que ele vai legislar sobre as leis, habitação social e operação urbana. Então são temas que acredito que teriam que ter passado para o CMH. Enfim, são essas duas coisas, queria só primeiro retomar para não perder, a questão das unidades, que eu queria realmente entender os números dos 25 mil, se a Vanessa puder falar e depois alguém pode falar sobre a questão do Decreto. **Sra. Vanessa** -Com relação às unidades, só para falar em números macro, 13.500 unidades que foram entregues em 2017 e 2020. Bem, eu vou respondendo a Samira enquanto isso, enquanto o Rodrigo vai mexendo aqui no computador para ver se eu consigo entrar de novo na reunião pelo computador para compartilhar a tela com vocês, mas eu vou falando com vocês daqui. Conforme eu estava falando com a Samira dos números, com relação às unidades que tem a participação do privado junto com o Município, e as unidades são cinco mil e quinhentas que estão em construção, mais as treze mil e quinhentas que foram entregues de 17 a 20. Agora, qual era a outra questão, Samira? **Sra. Samira** - Para entender essas vinte e cinco mil unidades que estão sendo divulgadas, que foram entregues, que já estavam sendo como entregues, tem as treze mil e quinhentas, cinco mil e quinhentas em construção, que eu queria entender desses cinco mil e quinhentas quantas entregam esse ano, porque a Meta é de unidade entregue, e aí não viabilizadas, entregues. E aí entender quanto dessas cinco mil e quinhentas vão ser entregues até dezembro, até o fim da gestão. E entender qual era a que você até meio citou já, assim, essas outras unidades, o que seriam. Que eu na hora não consegui entender tudo. Explicar melhor essa parte. **Sra. Vanessa** - É, das unidades você quer saber das unidades do privado, quais foram entregues, é isso? Quais foram as unidades entregues. **Sra. Samira -** O que compreende, exatamente o que são essas outras unidades? **Sra. Vanessa** - São todos os empreendimentos de HIS que foram feitos junto com o privado, mas podemos, aí não sei se eu consigo fazer para o dia, qual o próximo dia? Tem que entregar até o dia 4, não sei se eu consigo levantar todo, nós temos o número global que veio de fora. Pode falar, Ana. **Sra. Ana Maria** - A reunião é dia 15, você teria que entregar até o dia 4. **Sra. Samira** - Vanessa, só também, aí nós vemos como vocês fazem para passar esses números, mas o que seria exatamente o privado? É a PPP do Estado? É mais o que? **Sra. Vanessa** - Eu vou pedir para a Lyzandra complementar essa informação para vocês com relação aos números do privado, porque tem a questão de outorga onerosa, que não é PPP, não estamos falando de PPP do Estado, estamos falando de unidade que foi feito junto dos HIS, que foi feito anistia, dessa questão da regularização, por exemplo emenda 18, da regularização. **Sra. Samira** - Não, mas eu estou querendo saber só da, nem estou vendo das outras Metas, estou falando da Meta 19 mesmo, que tem esse tal número dos vinte e cinco mil entregues. **Sra. Lyzandra** - Posso tentar complementar? Eu sou a Lyzandra, trabalho em DEPLAN junto com a Vanessa, o que nós vamos começar a considerar na Meta é a questão das unidades de HIS e HMP licenciadas. Esse número refinado nós ainda estamos tentando fazer isso junto com CEU, para chegar nesse número, mas é mais do que as seis mil, então essas vinte e cinco mil, que está no discurso do Prefeito, é tanto as unidades entregues pela SEHAB e COHAB, as cinco mil aproximadamente que estão em obra com previsão de entrega até o final do ano, é claro que tem algumas variações, mas essas mil e poucas é com previsão de entrega até o final do ano, mais as realizadas junto com a iniciativa privada, que está fechando os números exatamente ainda, mas esses vinte e cinco mil, essa conta fecha considerando todos esses tipos de unidade. **Sra. Samira** - Mais para entender, o que seria com a iniciativa privada? É o que? Minha Casa Minha Vida 2? **Sra. Lyzandra** - Faixa 1,5 e 2. HIS1 e HIMP. **Sra. Vanessa** -Porque você tem que considerar o atendimento de demanda habitacional. Estamos considerando dentro da Meta o atendimento habitacional de todas as faixas. **Sra. Samira** - Mas aí, por exemplo, está entrando vai, temos bastante acontecendo agora aqui no centro o Bem Viver e Minha Casa Minha Vida 2, um padrão de renda bem mais alto, esses também estão entrando então no cumprimento de Meta? **Sra. Vanessa** - Estamos aguardando, porque assim, estamos contabilizando todos esses números porque fazem parte da Meta, e aí como faz parte de CEU eles estão entregando para nós, eles não entregaram ainda essa ficha de todos os empreendimentos já entregues. Porque estamos fechando a gestão, estamos fechando esses números, então agora estamos aguardando esse cômputo geral de toda a parte de empreendimento que já foram entregues, ainda não recebemos, estamos contando, estamos com número de CEU, CEU nos forneceu esses números porque é um trabalho conjunto, porque SEHAB, na verdade Prefeitura é uma coisa única, onde habitação, estamos falando de demanda habitacional entregue, dentro desse cômputo geral estamos aguardando CEU fazer o fechamento desses dados. **Sra. Samira** - Desculpa, eu não estou querendo os números agora, mas estou tentando só entender realmente que tipo de unidade está sendo considerada na Meta. Por exemplo, o Secretário falou que considera, e faz sentido mesmo que ele colocou de que a PPP do Estado usa terreno da Prefeitura, então seria uma parceria, então estaria entrando na Meta. Aí agora vocês falaram de HIS, HMP licenciado, então não é entregue? **Sra. Vanessa**- Não, é que licenciamento entra, a anistia está entrando em regularização. A anistia é regularização, é regularização, é cômputo de regularização. Eu estava fazendo uma complementação em relação aos nossos números das Metas, Samira, estávamos falando do número das Metas. Foi fechamento de gestão. Com relação às unidades, com relação às UHs, com relação à anistia, para fechar, fechando a gestão com relação ao que vem sido feito pela Prefeitura como um todo, que é o computa tanto a demanda habitacional como parte de regularização fundiária. **Sra. Samira** - Mas agora então volto a minha pergunta, desculpa, mas eu não estou entendendo. O que seriam essas seis mil outras unidades, elas fazem parte de que programa, qual faixa? **Sra. Vanessa -** Bem, eu estou entendendo que estamos trabalhando na faixa 1,5 a 2, dentro da faixa de unidades entregues com relação à nossa demanda, que seria Habite-se e unidade entregue. Tenho que esperar que CEU feche esses dados para que eu tenha esse cômputo completo para poder fazer um pare e passe junto com a apresentação conforme o Secretário orientar, apresentação formal para todos vocês. **Sra. Samira -** Só para entender, não sei se você tem essa informação, a PPP então do Estado está sendo considerada nesses vinte e cinco? Desculpa fazer tanta pergunta, é que nós estamos fazendo alguns estudos e eu estou interessada em saber mesmo para poder usar esses dados. **Sra. Vanessa** - Eu teria que ir atrás mesmo, Samira, para poder te complementar essa informação eu teria que buscar essas informações para te esclarecer de forma mais contundente. **Sra. Samira** - Posso então fazer só um pedido em relação a isso? Nós estamos a duas semanas da eleição e eu acho que era importante isso ser apresentado para o Conselho antes da eleição. Até porque isso envolve cumprimento de Metas, o Prefeito está tentando se reeleger e eu acho que esses dados deveriam ser divulgados, vocês acham que é possível passar isso antes, até daqui 10 dias por exemplo, para ser antes das eleições? **Sr. Ricardo Viegas** - Posso fazer uma observação aqui? Eu estou sentindo que ainda há dúvida com relação aos números. **Sra. Samira** - Sim. **Sr. Ricardo Viegas -** Treze mil, como a Vanessa apresentou foram aquilo que foram entregues direto pela Prefeitura e doze mil que foram entregues HIS 1 e 2, viabilizadas, que já são entregues, já estão prontas, já são Habite-se. É isso o que nós temos hoje, nesse momento, aliás, juntando om esses números, que hoje é muito mais do que isso. Falando hoje, nós temos doze mil HIS 1 e 2, Habite-se, e treze mil entregues pela Prefeitura. Este é o número. **Sra. Samira -** Mas só para entender, é isso que eu não entendi, Secretário, essas nove mil unidades. **Sr. Ricardo Viegas** - Está parecendo o seguinte, que não está claro nossas informações. Eu estou tentando interferir para deixar bem, para todo mundo entender. Treze mil a própria Vanessa apresentou os números e tal, que são os entregues diretamente pela Prefeitura, através do Programa Minha Casa Minha Vida, tem o Casa Paulista, tem intervenção da Prefeitura, nesse conjunto de ações, então tem ações diretas, e tem os do HIS 1 e 2, passaram por licenciamento e tal, e esses são os Habite-se, treze, doze mil. Para o Habite-se tem incentivo fiscal, enfim, tem várias ações diretas ou subsídios da Prefeitura para que isso se viabilize, é isso. **Sra. Samira** - Minha dúvida só é isso, nessas doze mil, que programas que são essas doze mil, isso que eu não estou entendendo. É tudo PPP do Estado, é faixa 2 do Minha Casa Minha Vida, de onde vem essas doze mil? Isso que não ficou claro, que eu queria tentar entender. **Sr. Ricardo Viegas** -É o que passa pela Secretaria de Licenciamento. Ou seja, todos os programas diversos que passam e que vão receber de uma forma ou de outra algum subsídio. É isso. **Sra. Samira** - Então seria interessante entendermos de onde vem, porque assim, seria metade da Meta, recebemos detalhados treze mil, quais são os empreendimentos com número e temos outras metade que não temos informação nem de programa, nem de quantidade, nem quais são os conjuntos, então era isso o que eu realmente queria tentar entender melhor. **Sr. Ricardo Viegas** - O que estamos fazendo de entendimento, aliás, a próxima planilha que nós e o Governo, aliás quem está pedindo isso, integrando essa informação é a Secretaria de Governo, que nós prestamos sim periodicamente todas as informações, houve um pedido para que nós inclusive tivéssemos o detalhamento desses que são viabilizados através do Habite-se, onde que eles estão, em que território, enfim, isso a própria Secretaria de Licenciamento está começando a viabilizar e dar essas informações. Agora, no geral, essas informações são exatamente essas doze mil com relação à questão dos HIS 1 e 2, e treze mil direto da Prefeitura. Muito bem, e mais cinco mil, nós estamos projetando de setembro até o final, mais cinco mil unidades entregues diretamente pela Prefeitura. É isso. E esse número das cinco mil, eu espero que nós tenhamos isso concretizado, porque todos nós estamos trabalhando nesse esforço, para que em dezembro, na próxima reunião, nós tenhamos esse número. Nós fazemos questão de deixe isso muito claro, o que nós conseguimos executar este ano, nós estamos trabalhando fortemente para que façamos essa entrega. **Sra. Samira** - Obrigada, Secretário. Só mais um detalhe que eu acho que esse vocês deve ter fácil, também para passar para nós, acredito que não agora, mas essas cinco mil e quinhentas que estão em construção, que tem a previsão de entrega ainda esse ano, teria como nos passar quais são esses empreendimentos? **Sr. Ricardo Viegas** - Sim, esses sim. **Sra. Samira** - Esses acredito que seja mais fácil porque vocês devem ter esse controle internamente. Mas então só para entender... **Sr. Ricardo Viegas -** O compromisso dessa entrega, desta informação, eu acho que é uma prestação de contas, da mesma forma que nós estamos fazendo a prestação de conta até setembro, o que foi feito pela Prefeitura, na próxima, eu acho que até dezembro devemos ter essa informação já viabilizada para apresentar ao Conselho como é que foi a tarefa da Prefeitura em relação a isso. **Sra. Samira** - Mas, Secretário, isso nós podemos pelo menos saber, tudo bem que entendo que algumas vocês não conseguem, é isso, é obra né, eu sou arquiteta, sei como funciona obra e que as coisas às vezes não é certeza eu consegue entregar, mas imagino que vocês tenham a previsão, estão contando com a entrega das cinco mil e quinhentas, então nós poderíamos já receber a listagem dessas cinco mil e quinhentas unidades que vocês têm a previsão, por mais que saibamos que tem só dois meses, pode acontecer alguma coisa e elas não serem entregues, mas que nós saibamos quais são essas que vocês estão prevendo que sejam entregues? Digo, isso, num prazo mais rápido que a próxima reunião, porque isso é interessante, como eu disse, temos uma eleição daqui a duas semanas, que está sendo discutindo, esses pontos são sempre discutidos e seria interessante termos essa informação. **Sr. Ricardo Viegas** - Mas a informação é para fins eleitorais? **Sra. Samira -** Não, é para ver, eu sou uma cidadã, eu voto. E, assim, estão sendo divulgados números de prestação de contas sobre o plano de Metas e nós não temos acesso como confirmar isso. **Sr. Ricardo Viegas -** As vinte e cinco mil unidades que nós, que, aliás, está sendo divulgado pelo próprio Prefeito, é esse número que eu te passei aqui, isso está transparente. **Sra. Samira** - então, eu só queria realmente ver quais são os empreendimentos. Por exemplo, apareceu Estêvão Baião, eu queria saber, por exemplo, Estêvão Baião está na lista de previsão de entrega desse ano? E quais os outros? Porque cinco mil e quinhentas não são poucas unidades, assim, queria entender quais são esses empreendimentos que vão ser entregues ainda esse ano, que eu acho que isso é uma lista que vocês tem fácil, entendo que as outas doze mil depende de CEU tem um processo um pouco mais difícil de se conseguir, mas essas cinco mil e quinhentas acredito que vocês tenham fácil internamente na SEHAB. **Sr. Ricardo Viegas** -Esse nós entregamos, sem problema. **Sra. Samira** - Obrigada. **Sra. Ana Maria** - Podemos passar? Secretário, a próxima pessoa inscrita é Rosane Tierno. **Sra. Rosane** - Eu gostaria de ter um detalhamento com relação à regularização fundiária, você pode passar de novo, Vanessa ou Ana, aquela tela da Meta da regularização? **Sra. Rosane** - Na verdade, é o seguinte, eu queria saber exatamente, nessa Meta, o que se entende por regularização fundiária. Se é o que está registrado, o que já tem CRF, o que foi encaminhado para registro, qual que é o indicador que foi utilizado para regularização fundiária. Essa é uma questão. A segunda questão muito rapidamente é com relação aos dois decretos que a Samira levantou, nos causou muita perplexidade e preocupação, eu sou da OAB-SP da Comissão de Direitos Humanísticos e também do Instituto Brasileiro de Direitos Humanísticos, como se pode publicar, editar, dois decretos que tem forte interface com a produção habitacional no Munícipio de São Paulo, sendo que o primeiro deles trata da produção de HIS e HMP em zona especial de interesse social e o segundo em algumas áreas de operação urbana consorciada sendo que não houve qualquer discussão junto ao presente Conselho, porque eu acho que é um órgão que nos representa, como sociedade é o órgão que nos representa, inclusive alertando que recentemente houve uma tentativa da Prefeitura Municipal de São Paulo em alterar a Lei de Uso e Ocupação do Solo, 16.042, e ela foi barrada pelo Tribunal de Justiça justamente porque não houve manifestação, não houve discussão junto ao Conselho Municipal de Habitação. Então eu acho que é uma resposta que não só para o Conselho, como para toda a sociedade civil, que seja prestada pela Prefeitura do Município de São Paulo. Porque é inconcebível a edição desses dois decretos com a complexidade deles são enormes, não deu para analisar, foram publicados hoje. E a primeira questão acho que é mais tranquila em relação ao indicador que foi utilizado para se atribuir a Meta de regularização fundiária. Se é assentamentos que foram...ah, e o terceiro na verdade é uma solicitação, não é um pedido porque eu não sou Conselheira, para que seja detalhado quais são esses assentamentos, esses núcleos que efetivamente foram objeto que estão previstos na Meta, tal como da produção habitacional. Só isso. **Sra. Vanessa** - Bem, com relação às Metas eu prefiro que Regularização Fundiária se manifeste e com relação aos decretos realmente eu não tenho como me manifestar, porque faz parte de outra Secretaria que fez esse encaminhamento, que se não me engano foi a SMDU. **Sra. Sílvia** - Com relação à regularização fundiária, Rosane, nem todo, o marco que foi determinado, nem tudo é CRF, matrícula e sim tem marcos temporais para regularização fundiária, porque a regularização fundiária é um processo bastante extenso como você vem conhece. Então, para algumas áreas foram determinados alguns marcos temporais que foram acertados junto com a Secretaria da gestão, que eram marcos importantes, que determinam o andamento da regularização fundiária, como por exemplo, uma classificação de REURB, como a finalização de uma demarcação urbanística, como aprovação da estratégia de regularização fundiária, aprovação do plano do projeto de regularização fundiária, ou então finalização da notificação das REURBs, até chegar à emissão da CRF ou CRF simplificada. Nós paramos por aí porque também a questão de cartório é uma questão bastante demorada que não depende da Prefeitura, nós estamos com diversas áreas com andamento dentro dos cartórios de registro de imóveis que não estão dando conta em responder com as nossas matrículas, então as matrículas não foram um marco temporal decidido junto com eles porque independe da nossa vontade e da nossa velocidade. Então, o ultimo marco que foi determinado foi a emissão da CRF e CRF simplificada. Então para cada área determinou-se que chegaria, atingiria a Meta em determinado patamar. Isso não quer dizer que essa área parou por aí, depois que ela atingiu a Meta, considerou dentro na nossa Meta, houve sim andamento e está tendo andamento até nós conseguirmos a emissão da CRF e a entrada no cartório de registro de imóveis. **Sra. Rosane** - Eu agradeço a resposta e agradeço por ter me franqueado a palavra e agora vou me retirar da reunião, muito obrigada. **Sra. Ana Maria** - A Rosane foi a última inscrita para fazer as perguntas sobre esse tema que estávamos tratando, que era o Plano de Metas, a execução do Plano de Metas e Execução Orçamentária da Secretaria. Com relação esse assunto, algum conselheiro tem mais alguma observação a fazer? **Sra. Fátima** - Sim. Eu, Maria de Fátima dos Santos, conselheira. **Sra. Fátima** - Sobre esse ponto da pauta que a Rosane acabou de colocar e a Samira colocou a respeito desse decreto, não foi discutido esse decreto no Conselho, por que não foi passado pelo Conselho para soltar esse decreto? Sendo que tinha que passar primeiro pelo Conselho, passar primeiro pelo Conselho Pleno para poder soltar esse decreto? Então eu gostaria de uma resposta sobre isso para ver o que nós vamos fazer a respeito dessa situação. **Sra. Ana Maria** - Só um instante, Fátima, essa pergunta que você fez não é o ponto da pauta. A pauta é o plano de Metas e Execução Orçamentária, a sua pergunta é outro assunto. **Sra. Fátima** - É outro assunto, mas que acabou entrando aqui agora, Ana e nós precisamos saber. Nós somos Conselheiros e precisamos da resposta. Eu vi hoje no Diário Oficial, ficamos assim, saiu no dia 4, certo? Então nós temos que colocar aqui, que aqui é ponto de colocar. **Sra. Ana Maria** - Fátima, acho que esse assunto seria o próximo ponto de ser colocado, porque se não, nós estamos misturando as coisas, não fica bem dividido, depois fica difícil. **Sra. Fátima -** Mas entramos já na discussão. **Sra. Ana Maria -** Depois nós entramos nisso de novo, sobre essa apresentação que foi feita. **Sr. Ricardo Viegas** -Permite-me, acho que a sua manifestação é pertinente. Deixe-a colocar. E que acho que tem que ter um encaminhamento a respeito desse ponto específico sobre a questão do decreto. Tudo bem? **Sra. Fátima -** Sim, sim, por favor. E a outra é a respeito de ter um prazo de recebermos essas informações, que a Samira acabou colocando e ficou de passar, na questão do orçamento, para termos um dia certo para recebermos essa informação, porque se não, fica muito aberto as coisas, ficamos encaminhando as coisas. Só estou acompanhando aqui a fala de todo mundo, mas estou bem atenta. Se não colocarmos um teto e encaminhar as coisas, fica muito aberto, as coisas tem que encaminhar. O Secretário acabou de colocar, então colocando a respeito do decreto, sei que misturou a pauta, mas precisamos de uma resposta, de um encaminhamento sobre isso. Porque se não, vamos ficar só patinando, discute, mas precisamos de um encaminhamento. Só isso. **Sra. Vanessa -**É, com relação ao decreto realmente não sei. **Sr. Ricardo Viegas** - Você está querendo encaminhamento para o decreto. É isso? **Sra. Fátima -** Sim, Secretário, porque esse Conselho não foi informado do que saiu. **Sr. Ricardo Viegas -** Está bom, vamos por partes. Acho que pode ser feita uma manifestação pelo Conselho de perguntar para a Secretaria de Habitação, a construção desse decreto, enfim, fazer as observações que são pertinentes, faço uma manifestação para o Conselho, colocando o nível de preocupação de vocês, a abordagem disso e encaminha para a Secretaria de Habitação. E a Secretaria de Habitação vai responder isso. Pode ser? **Sr. André** - Só fazendo uma emenda Secretário, em relação ao que foi falado, eu pediria para que tivesse acesso ao Parecer Jurídico em relação a questão desses decretos que foram editados e publicados no Diário Oficial, se seria possível isso. **Sr. Ricardo Viegas –** Por uma questão de encaminhamento, façam os Conselheiros ao Conselho CMH, formaliza o questionamento em relação ao decreto, faz as perguntas, veja isso, isso e vamos ver como respondemos. Fica fácil. Provocam-nos inclusive a ter essas respostas, que às vezes a própria Secretaria não tem. **Sr. André** - Acho que o Pleno, Presidente, acho que ele já é soberano até para fazer esse encaminhamento. **Sr. Ricardo Viegas** - Vamos formalizar. **Sr. André** -O que acontece, a próxima reunião é 15 de dezembro. Então nós temos relativamente curto prazo. Outra preocupação que eu tenho, é que os números que vão ser destrinchados aí em relação às unidades habitacionais, eles estejam disponíveis bem antes dessa reunião do dia 15 de dezembro. Por quê? Porque até depende do que acontecer, nós podemos fazer encaminhamento para a próxima reunião, porque se não tiver isso bem claro para a próxima reunião num prazo razoável, nós não podemos fazer nem solicitação de voto para a próxima reunião. **Sr. Ricardo Viegas** -A respeito do decreto de novo, acho que tem uma manifestação do Conselho, dos Conselheiros pertinente. Nós formalizamos. Formaliza, ou seja, colocamos quais são os pontos que devem ser abordado, o questionamento para a própria Secretaria, para a Secretaria responder ao Conselho. E se nós não tivermos a resposta, nós vamos buscar as respostas dentro da instância da Prefeitura. É isso. Agora esse prazo estou um pouco preocupado aqui porque toda hora fala tem que ser antes. Por quê? O decreto foi publicado hoje, é um decreto. O Prefeito assinou o decreto, está estabelecido. O que precisamos é de esclarecimento sobre o decreto. **Sr. Nunes** - Posso fazer uma colocação sobre essa questão? **Sr. Ricardo Viegas** -Pois não. **Sr. Nunes** -É porque assim, Secretário, tal e todos os demais, é uma questão bem difícil mesmo, porque assim, o questionamento que estamos fazendo aqui, que as Conselheiras fizeram e tal, não são questionamentos referentes ao mérito do decreto, e sim a respeito da própria legalidade dele, o decreto foi assinado sem passar por nenhuma instância de discussão do Conselho. Então não sei se é cabível, porque o nosso susto, a nossa indignação é de fato com a legalidade desse processo. Eu não sei que encaminhamento propor diferente e tal. Mas acho muito ruim também se ficarmos, vocês fazem o questionamento para a SEHAB e daqui um mês vem um Parecer, tal , enfim. **Sr. Ricardo Viegas -** Se for para discutir a questão da legalidade, não é nesse Fórum que vamos discutir. **Sr. Nunes -**Em qual é? **Sr. Ricardo Viegas** -Aqui o Conselho, é um Conselho Municipal de Habitação, que faz as discussões, que delibera, enfim. Então não há pelo menos aqui neste momento algum questionamento por que é legal ou não. Não saberia te responder agora isso, porque isso é uma atribuição, é um papel do Prefeito quando ele faz um decreto. Existe uma atribuição, são responsabilidades do Executivo.

Sr. Miguel - Meu nome é Miguel, conheço muito bem você, Ricardo, porque tivemos lá no FMSAI juntos. Eu acho muito engraçado, que o Conselho é deliberativo, se tem um decreto que é a respeito do Conselho, da Secretaria da Habitação. Então, quer dizer que isso não precisa passar pelo Conselho, o Prefeito pode canetar à vontade. Aí eu pergunto: Qual a utilidade do Conselho? Pode passar a boiada à vontade. Não precisa passar pelo Conselho? É essa é minha pergunta. Porque assim, vai até um certo ponto de uma certa legalidade, para construir um programa de habitação, para construir uma plataforma de habitação passou pelo Conselho, consultou o Conselho, aí da noite para o dia faz um decreto e manda, e aí não passa pelo Conselho. Aí fico perguntando: Para vista do Prefeito para que serve o Conselho então? **Sr. Ricardo Viegas -** Não entrou na agenda da Secretaria, não veio para nós deliberamos. É isso. **Sra. Fátima** - Então, Secretário, esse decreto tem que ser nulo, porque se não passou pelo Conselho, não passou pela crivo da Secretaria, não pode ter um decreto que não passe pelo Conselho, sendo que o Conselho é um Conselho consultivo e deliberativo. **Sr. Ricardo Viegas -** Se os Conselheiros quiserem questionar sobre esse assunto, encaminhe para podermos responder. Os Conselheiros, aliás, tem o dever e o poder de perguntar isso para a Secretaria. Perguntem, vocês estão perguntando aqui de uma forma informal na reunião. **Sr. Miguel** - Não, não é informal, que esta reunião é gravada e tem uma ata. Então não é informal. Desculpa, mas a reunião não é informal. **Sr. Ricardo Viegas -** Senhor Miguel, não precisa se alterar. **Sr. Miguel** - É que o senhor vem falar dentro de uma reunião que a reunião é informal. Então a reunião é informal? **Sr. Ricardo Viegas** - Não, informal, não estou falando da formalidade. Aliás, a questão do decreto nem era pauta da reunião. Trouxeram o assunto do decreto, que foi publicado hoje no Diário Oficial. É oportuno? É. Vocês como Conselheiros estão fazendo os seus julgamentos, vamos formalizar isso dentro do Conselho, para que nós formalize essa discussão. Só isso. Se faz parte fazer essa discussão do decreto, traga para o Conselho, para que o Conselho dê uma resposta formal. É isso. Do mesmo jeito que os Conselheiros observaram o decreto, várias pessoas da própria equipe técnica também observaram o decreto. Então assim, há um encaminhamento, vamos encaminhar. É até uma forma de colocar a importância desse decreto nesta agenda da Habitação, colocando que todos nós estamos preocupados com esse decreto, é isso. **Sra. Uranide** - Boa tarde a todos. Posso fazer um comentário? **Sr. Ricardo Viegas** - Pois não. **Sra. Uranide** - Só quero manifestar que estou de pleno acordo com os nossos companheiros. E que é um assunto, primeiro o senhor disse que neste momento não era a instância para estarmos questionando esse decreto. No primeiro foi o que entendi, aqui a pergunta quando veio da Fátima não seria aqui neste momento, aqui nessa reunião. Pode falar, Secretário.

Sr. Ricardo Viegas - Quando falei que não era o momento aqui de falar sobre legalidade, até porque não é no Conselho que nós vamos discutir a legalidade. **Sra. Uranide** - Sim, exatamente, é isso que quero pontuar aqui para os nossos companheiros, os demais Conselheiros. Exatamente esse ponto da legalidade, que nos chamou atenção, e que muito nos prejudica, que muito venha prejudicar as famílias as quais nós estamos aqui neste momento representando. Então se instância não é aqui no Conselho, se a instância não é nesse momento, com certeza nós iremos a qualquer instância que seja, e vamos questionar sim a legalidade sim com certeza. É isso que eu queria deixar aqui, companheiros. **Sra. Marisete** - Aprovado companheira. Se nós

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 17 de dezembro de 2020 às 01:56:16.

não podemos ter nossas opiniões e não podemos falar o que nós temos que falar. Onde podemos falar? Procurar aonde? Porque todas as coisas que não passar pelo nosso Conselho, vai passar aonde? É isso que também queremos saber. **Sra. Mariza** - Não quero ser repetitiva, até porque todo mundo fez uma fala antes de mim. Acho que temos que ver Secretário, e o que nos entristece e nos deixa um pouco apavorados, qual é o nosso papel enquanto Conselheiros e Conselheira Municipal da Habitação. E principalmente se é um Conselho participativo, consultivo e deliberativo, acho que a pauta da Habitação acho que tem que ser primeiro discutida no Conselho, para depois o Prefeito mandar isso numa forma de um decreto, isso é o que nos preocupa. Mas tenho uma outra coisa, acho que depois que terminar essa pauta eu tenho uma outra sugestão, também, um outro assunto que eu já gostaria de colocar em pauta para a próxima reunião, acho que é isso. Assim que terminar essa pauta. **Sr. Nunes** - Posso fazer uma sugestão de encaminhamento em relação a isso? **Sra. Ana Maria -** Sim. **Sr. Nunes -** Eu não sei se ele vai contemplar totalmente nós, talvez nós Conselheiros tenhamos que fazer alguma coisa além, mas primeiro, tudo o que estamos falando aqui é formal, não é informal, o assunto não estava na pauta porque ele apareceu hoje, apareceu hoje de manhã, então trouxemos porque achamos que é pertinente. Então, estou pensando aqui, que a equipe da Secretaria, que façamos uma convocação para que a equipe venha no próximo Conselho apresentar o decreto, para as nossas questões, nossos questionamentos em relação ao decreto e que nós talvez. Então só assim, uma sugestão já de cara de encaminhamento, que a equipe da Secretaria de Licenciamento que formulou o decreto venha na próxima reunião do Conselho que é dezembro, o pleno e tal, para conversar com o Conselho sobre o decreto. Isso era um primeiro ponto, para mim parece ser claro, não é só um questionamento à SEHAB, mas a quem fez o decreto, que foi a Secretaria de Licenciamento. E a outra coisa, eu acho que para avaliarmos mais internamente entre Conselheiros, porque não deu tempo de conversarmos mais, se nós fazemos algum pedido de voto em relação inclusive ao pedido de reabertura da Secretaria para discutir o decreto de fato e aí emitir um novo. É isso. **Sra. Mariza** - Vai finalizar já esse assunto, eu já posso sugerir uma preocupação nossa enquanto Conselheira? **Sra. Ana Maria** - Eu não sei, eu ia perguntar para o Secretário quais são os encaminhamentos que ele quer que dê nessa reunião agora. Secretário. **Sr. Ricardo Viegas** - Estou acompanhando esse tema agora do decreto e acho que o André Araújo que fez essa última colocação, eu acho que ela é bem oportuna, inclusive. **Sra. Ana Maria** -Foi o Nunes. Conselheiro Nunes. **Sr. Ricardo Viegas** - Eu não sei quem fez a sugestão, mas acho que poderíamos ter alguns encaminhamentos com relação à questão do decreto como uma pauta, por exemplo, fazer um convite para a equipe técnica da própria Secretaria de Licenciamento, enfim, para fazer uma apresentação do decreto para esclarecer o que é o decreto, enfim, e outros encaminhamentos que o Conselho entender que podem ser feitos, vocês são Conselheiros, vocês fazem parte, são integrantes e tem total liberdade de fazer o encaminhamento para a Secretaria de Habitação. Então eu, particularmente, acho que é oportuno discutirmos sim a questão do decreto, para ficar mais transparente, tentar explicar e se tiver alguma coisa a se discutir ou a aprimorar, eu acho que o conselho, mas acho que nós deveríamos como Conselho Municipal de Habitação colocar a necessidade de trazer esse assunto do decreto também para esse Conselho. É isso, acho que conhecer o decreto, acho que ter as informações de como ele irá funcionar, se há algumas distorções e tentar aprimorar, enfim, eu acho que precisamos fazer algumas observações e a Secretaria de Habitação passa a ser um caminho e um canal de comunicação sobre esse assunto, que aliás é o nosso papel aqui. Então assim, eu não sei, qual o encaminhamento que vocês Conselheiros propõem com relação ao decreto? Eu vi uma proposta de um conselheiro fazendo com relação a trazer alguém representante da Prefeitura, mais especificamente do Licenciamento para apresentar o decreto em uma reunião do Conselho, pode ser uma boa alternativa e nós provocamos isso, vamos atrás buscar um integrante da Prefeitura para mostrar a respeito do decreto e o Conselho tendo conhecimento tentar aprimorar, tentar fazer alguns encaminhamentos a respeito. Ou outro encaminhamento que vocês também possam agora também deliberar. **Sra. Fátima** - Então Secretário, acho que o senhor está colocando muito bem, porque ele vinha na verdade seria o ideal que eles viessem apresentar primeiro para nós tudo o que soltou no decreto, o que eles não fizeram, e agora eles vão vir praticamente dar uma explicação, mas acho que aí vai caber a nós como Conselheiros aprovar ou não esse decreto, porque seria isso, agora como o decreto já está solto, já saiu no edital hoje, ontem na verdade né, esse decreto, para nós fica muito assim, são coisas que estão passando por cima desse Conselho, coisas que estão desconsiderando esse Conselho. E aí não somos Conselheiros por nós, somos Conselheiros voltados para a cidade de São Paulo para representar a população da cidade de São Paulo, eu não sou conselheira pela minha entidade, eu sou conselheira por cada. Eu acho um grande desrespeito o que está fazendo com esse Conselho ultimamente, que depois também, logo após aprovarmos esse encaminhamento que o senhor colocou, eu quero colocar também da Portaria que saiu também sobre isso, que inclusive como o senhor colocou para fazermos o encaminhamento, nós fizemos o encaminhamento que pedia resposta para hoje. E eu vi que não entrou em pauta. **Sr. Ricardo Viegas** - Então qual é o encaminhamento que fazemos com relação ao decreto? **Sra. Esther -** Em relação à fala do conselheiro também, já não é a primeira vez que algumas coisas passam por cima do Conselho, e depois tem que retornar para o Conselho para que nós depois possamos , e o Conselho não é omisso, participativo, nós somos realmente para participar da habitação, nós fomos eleitos pelo povo para ser uma voz ativa dentro do Conselho, então eu acho pertinente a fala do conselheiro para vir à discussão agora as pessoas que estiverem em alinhamento dentro da Secretaria, esse decreto, para nos posicionarmos, mas isso deveria ter sido um passo antes, anterior, eu acho que quando se faz as coisas juntos não tem esses entraves que estão sendo colocados agora, o conselho realmente precisa ser mais respeitado, essa é minha opinião. Então eu acho que realmente deve colocar, já houve outras vezes, outras ocasiões que ações que foram desagrado ao próprio conselho, não foi feita uma votação dentro da própria reunião do conselho para que nós deliberássemos. Então acho que poderia ser feito isso também. E é isso, eu acho que precisa tomar algum tipo de deliberação a isso, eu não tive ainda acesso a esse decreto, não consegui ver, mas de qualquer maneira, tem a ver com habitação? Deveria passar pelo conselho. Mesmo que o Prefeito tenha autonomia de fazer algumas coisas, mas nós temos um Conselho que realmente assinou ali, nós temos muitas coisas, é um Conselho que realmente trabalha e merece respeito. Muito obrigada. **Sra. Ana Maria** - Secretário, o Irineu Gnecco da Secretaria de Gestão está com a mão levantada. **Sr. Irineu** - Obrigado. Boa tarde a todos, boa tarde, obrigado Ana, obrigado Vegas pelo espaço, eu tenho impressão que eu acho que esse encaminhamento aí, a proposta do Nunes, corroborando com você Vegas esse assunto, acho que deveríamos sim ouvir primeiro quem elaborou, a Secretaria que elaborou o decreto. Tenho impressão que nós estamos discutindo, estou falando por mim, não li esses decretos, não tenho conhecimento do que trata esses decretos, tenho impressão aqui que a maioria também não tem, me desculpem, mas talvez alguns leram diagonalmente, até falado por algumas conselheiras, algumas colegas aqui, eu acho que deveríamos nos aprofundar, se preparar para exatamente ter essa discussão, acho que estamos fazendo uma discussão etérea aqui, sobre esse assunto, sem o conhecimento da base disso. Então meu encaminhamento é pelo convite dos colegas da Secretaria de Licenciamento que tem que explicar exatamente o que trata esse assunto. É só. Muito obrigado a todos. **Sra. Ana Maria** -Secretário, então acho que nós poderíamos deliberar a respeito desse encaminhamento, não? **Sr. Ricardo Viegas** - Pode ser. **Sra. Ana Maria** - Se todos concordam com a proposta feita pelo Conselheiro Nunes, de que seja convidado representante da Secretaria de Licenciamento e outra Secretaria (Desenvolvimento Urbano) que esteja interligada na edição desse decreto e convidá-los para a próxima reunião do Conselho, fazer uma apresentação para o Conselho do que se trata o teor desses dois decretos que saíram. **Sr. Nunes** - Ana, posso só fazer uma, é o Nunes de novo, posso só fazer um adendo aqui? Acho que muito em cima do que o Irineu falou agora, é assim, a proposta que eu estou fazendo aqui de chamarmos a Secretaria de Licenciamento para conversar, lermos o decreto, mobilizar, é uma proposta que eu faço diante de um cenário de indignação. Eu acho que a conversa ela não é morta, assim, ninguém leu o decreto mesmo, ninguém conhece o decreto e como minha própria primeira fala, a discussão não é essa, minha discussão não é sobre o mérito do decreto, é sobre o procedimento. A vinda da Secretaria de Licenciamento para apresentar os pontos do decreto deveria ocorrer antes da promulgação do decreto, não depois. Então estamos correndo atrás do prejuízo, eu acho que é um encaminhamento que é possível de fazer agora, aqui dentro do Conselho, mas não é uma sugestão que nos deixa felizes, todos nós estamos bastante incomodados mesmo com essa situação que nos vimos, porque de fato é poder do Prefeito fazer o decreto, mas o Conselho Municipal de Habitação é instituído por lei também, então todos os assuntos que envolvem a habitação precisam passar pelo Conselho, precisam passar pela deliberação do Conselho. Era só isso, esse registro, mas mantenho a proposta de então chamarmos a Secretaria de Licenciamento na próxima reunião para explicar e conversamos e ver o que pode ser modificado, melhorado e revisto no decreto para a cidade, é isso. **Sra. Uranide** - Eu gostaria também de fazer um adendo assim muito rapidinho, é possível, Secretário, por favor? E é exatamente baseada no que Irineu e nosso companheiro acabou de colocar, assim, baseado nas legislações e leis desse Conselho deliberativo, até acontecer isso, que vai ficar para a próxima reunião provavelmente, no dia 15 de dezembro, porque não vai se marcar uma extraordinária, então que se este Conselho, baseado nas suas legislações e leis, tenha o poder de tirar, ou seja, esse decreto que foi publicado hoje no Diário Oficial ele não ter efeito até passarmos por essa avaliação. Esse é meu questionamento, o encaminhamento aqui que eu sugiro que façamos, o Conselho tem esse poder não tem? Se tudo o que se diz sobre habitação tem que passar por este Conselho e não foi passado, e já foi publicado. Estou colocando aqui essa sugestão, baseado que tudo que se diz sobre habitação tem que passar este Conselho, então que a gente também encaminhe hoje, que esse decreto hoje é publicado no Diário Oficial, ele deixe de ter efeito até vir todas essas explicações para nós nessa reunião. Então seriam dois encaminhamentos. É essa sugestão que estou colocando, porque a nossa indignação é exatamente a legalidade disso. **Sr. Ricardo Viegas** -Uranide, com relação a esse seu encaminhamento acho um pouco difícil por aqui. Bem difícil. Com relação a essa questão de interromper um decreto do Prefeito, da Prefeitura, do Executivo, não é por aqui que nós podemos fazer isso, não existe isso. Somos um órgão do Executivo, não será por aqui que nós vamos falar – Olha, o decreto está ilegal, não é por aqui. O que podemos fazer de encaminhamento, que acho que é uma coisa plausível, factível de acontecer é trazer todas as informações técnicas, apresentar as informações, conhecer o decreto, para a partir dessas informações do conhecimento do Conselho nós podermos fazer algumas propostas, inclusive de alteração. Que, aliás, vou lembrar os senhores, aí tem vários funcionários da Prefeitura, o Irineu sabe disso, o decreto, todos os decretos em algum momento ele pode ser corrigido sim, alterado, não há problema nenhum. O importante é que nós conheçamos o documento, conheça o texto, a proposta, se tivermos algumas observações, nós fazemos. **Sra. Uranide** -Ok. **Sra. Ana Maria** - Podemos passar adiante e considerar então essa proposta que o Nunes fez inicialmente como factível e ser ponto de pauta da próxima reunião do Conselho? **Sr. Ricardo Viegas** - Pode colocar como ponto de pauta. **Sra. Ana Maria -** Podemos passar para algum outro item que vocês julguem necessário ser colocado na reunião? **Sra. Mariza** - Sim. **Sra. Ana Maria** - Quem gostaria de fazer uso da palavra? **Sra. Mariza** - Mariza. **Sra. Samira** - Eu também. **Sra. Ana Maria** - A Samira, depois a Mariza. **Sra. Fátima** - Depois eu, Ana, Maria de Fátima. **Sra. Ana Maria** - Ok. **Sra. Samira** - É só para voltar lá na questão que estávamos lá das unidades, que não entendi se ficou definida uma data para vocês enviarem para nós. **Sra. Ana Maria** - Samira, creio que eles vão fazer o levantamento e mandar. **Sr. Ricardo Viegas** - Por favor, tenho aqui uma proposta. Já coloquei aqui, aliás, está com a equipe aqui do Gabinete, nós estamos propondo que dia 11 nós entregamos essa planilha. **Sra. Samira** -Legal, muito obrigada, Secretário. **Sra. Ana Maria** -É a planilha referente? **Sr. Ricardo Viegas** - Doze mil. E a proposta com relação às unidades que serão entregues esse ano. **Sra. Ana Maria** -Mariza. **Sra. Mariza** - Secretário, gostaria de solicitar novamente que você chamasse o GT para de novo discutir o Programa Pode Entrar. Nós tínhamos tirado no Conselho, o grupo de trabalho e aí parece que estava tendo, acontecendo algumas reuniões, mas pararam essas reuniões, é claro, está em ano eleitoral, todo mundo na correria, mas a moradia ainda é um ponto importante para os movimentos, a política acontece, mas também outras pautas também acontecem no âmbito do Município, então nós gostaríamos da retomada do GT do Programa Pode Entrar, para você chamar novamente essa galera aí. **Sr. Ricardo Viegas** - Aliás, lembrando aos senhores e informando, o Secretário Carlos Tomé instituiu um grupo de trabalho integrado tecnicamente e tal, que o pessoal está trabalhando fortemente para ajustar as questões do Pode Entrar e com certeza vou levar esta demanda para ele, que o Conselho gostaria que retomasse o grupo técnico e acho que com certeza ele vai acatar, ok? **Sra. Fátima** - Bom, boa tarde a todos e a todas, eu sou Fátima, conselheira municipal, Secretário, a questão da resolução do dia 2 de outubro, falando exatamente da questão do GT, questionando aqui, pedindo a inclusão da demanda do Conselho Municipal do GT da portaria que vocês ressaltaram, ela é a Portaria 68, então estávamos pedindo que voltasse o GT, a Mariza já colocou, mas que incluísse também o Conselho Municipal nesse GT que vinha tendo uma discussão desde o início de construir o programa e tudo, agora com essa questão de construir e aí o movimento, o pessoal da moradia, quer dizer, a moradia não espera né, passar tudo isso, acho que tem que ter, o trabalho continuar, que nós sejamos incluídos nesse GT, o Conselho Municipal Habitação traz essa discussão que vinha sido discutida em conjunto. Então enviamos essa resolução, até foi passado no Conselho na executiva do Conselho, porém não podia ter colocado naquele dia e que era para discutir nesse Conselho Pleno e que eu vi que não estava em pauta hoje. Nós queríamos uma resposta sobre essa resolução que foi encaminhada no dia 2 de outubro. **Sr. Carlos Roberto** - Boa tarde a todos, me desculpem o atraso, tive um compromisso que não estava na agenda, mas estou acompanhando aqui as reivindicações, estou ratificando as informações da Secretaria adjunta e à disposição para que tudo da minha alçada aqui. **Sr. Carlos Roberto** - Vou pedir, Viegas, se me permite, em relação à essa última consideração, as questões da última. Estou ciente das solicitações, como disse o Secretário Adjunto, ações estão sendo tomadas, reuniões estão sendo tomadas no que diz respeito ao Pode Entrar, ainda não superamos as questões de discussão técnica, o que é evidentemente o que agrega e quais são os melhores caminhos para adotarmos. Todas as questões serão discutidas, debatidas, ouviremos todos os núcleos. E tão somente após essas questões bem maturadas nós vamos deliberar. E aí evidentemente todos os senhores serão comunicados da melhor forma que o programa acabe ficando de pé, da melhor forma para todos os envolvidos. Então ainda nós não chegamos a este de deliberamos sobre esse assunto. Volto a dizer, tenho ciência do pleito, tenho ciência (falha no áudio). Contudo, ainda não é o momento dessa avaliação, tão logo consigamos aí superar esse assunto, chamo vocês, evidentemente vamos discutir o assunto. **Sr. Ricardo Viegas -** As considerações do Secretário foram bem claras e objetivas. Então é importante o Conselho saber exatamente que o Secretário está fazendo todos os encaminhamentos internos em respeito disso para aprimorar, para a partir disso ter um movimento mais consistente, inclusive com um grupo do Conselho. **Sra. Ana Maria** -Alguém mais quer fazer uso da palavra? **Sr. André** - Eu quero. **Sra. Ana Maria -** André. **Sra. Mariza** - Ana. **Sra. Ana Maria** - Mariza, vamos deixar o André e depois voltamos para você, pode ser? **Sr. Miguel** - Estou com a mão levantada aqui também, Ana. **Sra. Ana Maria** - Agora sim, então André, Miguel e volta depois na Mariza, ok? André. Sejam breves, porque daqui a pouco vai terminar o nosso sistema. **Sr. André** - Primeiramente boa tarde a todos os colegas e amigos, em especial o presidente dessa sessão, o Secretário Executivo, a fala acabou, viu, Fátima, eu queria fazer um diálogo com você, e também com o Secretário, nosso presidente aqui da sessão, que assumiu seu lugar. Primeira coisa, foi montado através de resolução um GT para se discutir a questão do novo programa municipal, a nível municipal, para substituir Minha Casa Minha Vida denominado Pode Entrar. Foi identificado pelo senhor ex-Secretário da Habitação que o problema seria exclusivamente jurídico, porque não foi aplicado o programa no ano de 2019 e isso inclusive consta de ata, sendo assim, eu acho eu o Conselho Municipal de Habitação não pode ser subvertido a sua função de estar atrelado à técnicos, sendo que o conceito politico que teve e também a questão da competência do Conselho é estar legislando aí pelas funções, conforme já foi colocado, a questão participativa, a questão deliberativa, o Conselho não pode ser homologatório. O Conselho, até vou usar uma palavra que o Secretário, que muito me preocupou, Carlos Roberto, o Conselho não pode ser comunicado, entendeu? Comunicado você comunica para outras pessoas, o Conselho nós somos eleitos, existe uma Lei 3.425 que diz o seguinte, na confecção de planos e projetos, o papel do Conselho é ativo, então esses técnicos, se é que tem que fazer alguma correção, isso tem que ser passado pela análise do GT e aí sim, se houver conveniência fora daquilo que foi explicado da questão jurídica, que até agora não se deu explicação da consulta junto ao Tribunal Regional Eleitoral, é que nós vamos encaminhar, então acho que existe aí um erro muito grande porque existe uma resolução que instituiu o GT para a criação e todo o conteúdo do programa, onde foi votado e aprovado, foi falado aqui numa reunião anterior, duas reuniões anteriores, que o único problema era a questão jurídica, tendo em vista a questão do pleito eleitoral, segundo o Artigo 73 da Lei 9.504, então eu acho que aí tem um grave erro que se iniciou aí através dessa comissão clandestina e paralela que foi nomeado para a Secretaria de Habitação. Então, essa é minha fala, que eu acho que nós não podemos estar submetidos, sendo que o conselho político e a questão das funções legais do Conselho, está acima desse conselho técnico. Conselho técnico vai assessorar o Secretário, mas existe aí através de resolução o programa foi criado, o único problema era jurídico, o problema era temporal na aplicação do programa, o restante nada foi falado, então isso é uma inovação agora que muito nos preocupa. **Sr. Carlos Roberto**- Se me permitem, talvez o senhor André Araújo não tenha compreendido aonde eu fiz o alcance da palavra comunicação. Quando eu disse a palavra comunicação não é no sentido de aprovação ou reprovação, eu quis dizer, eu sei que nosso departamento jurídico, dentre tantos outros departamentos, estão fazendo análise do programa Pode Entrar como um todo,Quando usei essa palavra comunicação, no momento em que, após superadas as questões sobre as quais nós entendemos, das quais as maiores deliberações devem ser tomadas no contexto CMH, os senhores serão comunicados para entrar para debater, para discutir, para criticar, para fazer todas as considerações que os senhores tem que fazer, entrando ou não. Este momento ainda não chegou, ele vai chegar. Quando forem superados, todo o aparato for discutido sobre esse assunto, aí sim eu volto a falar com vocês e nós damos sequencia e vemos quais são as discussões que devem ser feitas. Nesse sentido estou usando a palavra comunicação. E daí para frente nós vamos deliberar da forma que for melhor para todos e evidentemente que o mais importante, deliberar o que for mais importante para o Programa Pode Entrar, para o sistema habitacional, que é isso que nós estamos visando, tirando de lado os interesses da SEHAB, do CMH, sejam quais forem os interesses e sim o que é melhor para o programa habitacional, para que as pessoas chegam a ter suas habitações da forma, foi nesse sentido que eu quis dizer e até a próxima oportunidade eu passo para vocês, está bom? **Sra. Ana Maria** - Miguel. **Sr. Miguel** - Boa tarde a todos, boa tarde Secretário. Que bom que o senhor está atento. Recordar é viver, no dia 19 de dezembro de 2019 o Prefeito chamou todas as entidades, todos os movimentos e o Conselho no prédio da Prefeitura, no auditório, juntamente com a imprensa, às dez horas da manhã e fez um único e belo discurso, da seguinte forma: que o programa estaria de pé com apoio do Conselho e das entidades que trabalhamos muito, nos colocou em um desafio, que todas as entidades teriam que estar com suas vidas em dia, projetos aprovados, que em março o Prefeito assinaria os primeiros contratos, os primeiros convênios. A partir daí, todo mundo saiu dali com uma missão, aprovar projetos e tal, e aí, nessa situação, a maioria das entidades estava com projeto aprovado, alvará de construção, dialogamos com a Câmara Municipal para que essa Secretaria e a Câmara fez um diálogo para que colocasse dinheiro do FUNDURB para a construção, saiu lá no Programa Pode Entrar o recurso, que o problema não seria o recurso, tinha o recurso. E aí para nos surpreender, passou março, abril, tal, tal, chegou um certo, acho que julho, não me recordo muito bem, o Prefeito disse que tinha um problema jurídico. Porque era ano eleitoral, tal, tal, só que no dia 19 de dezembro, não era ano eleitoral. O programa foi assinado naquele dia. Faltou a vontade politica. E agora ouvindo aí o Secretário, nos fala naquele primeiro momento de um problema jurídico, agora o problema é técnico de novo. Nós fizemos dez reuniões, inclusive elas o dia todo, junto com a Equipe Técnica e Membros do Conselho. Discutimos o programa e tudo que poderia ser feito. Quer dizer, que tudo isso foi por água abaixo. Aí o Secretário nos fala o melhor momento, o momento oportuno. Para mim, desculpa Secretário, o momento oportuno foi no dia 19 de dezembro, quando o Prefeito falou para todo mundo que em março estaria lançando o primeiro edital, e assinando os primeiros contratos. Eu gostaria de saber qual seria o momento oportuno, Secretário. Contudo, nós estamos no dia 5 de novembro, todo mundo sabe que o ano no Brasil termina ao iniciar o mês de novembro, ao iniciar ao mês dezembro. **Sra. ...** A chamada aqui está ruim, Ana, o sinal está baixo. **Sr. Miguel** - Quero ouvir do Secretário quando será o momento oportuno. Porque se isso não foi feito em 11 meses. Será feito em 25 dias? Eu gostaria de ouvir essa resposta quando será o momento oportuno. **Sra. Ana Maria** - Todos estão ouvindo? É que deu uma congelada aqui. **Sra. Fátima** - Só ouvi o Miguel. **Sr. Carlos Roberto** - (Trecho ininteligível – falha na transmissão). **Sra. Ana Maria** - Podemos passar a palavra à Mariza? Mariza, você me houve? Vocês estão me ouvindo? **Sra. ...Sim, Ana. Sr. ... fraco. Sra. Ana Maria** - A Mariza está aqui? Eu não vejo mais a Mariza. **Sra. ... A Mariza saiu. Sra. Ana Maria** - É, não vejo mais ela na lista. **Sra. ...** Um monte de gente saiu. **Sr. Ricardo Viegas** -Ana, uma questão de ordem só. Como nós estamos de tempo? Nosso cronograma, só para eu saber. **Sra. Ana Maria** -Secretário, os questionamentos terminaram. Acredito que não há mais ninguém pedindo a palavra, a última que pediu foi a Mariza, mas ela saiu. Acho se não houver mais, eu poderia listar os pontos que teríamos para a próxima reunião do Conselho do dia 15, para ver se está tudo de acordo. Ou pergunto se alguém tem mais alguma coisa a falar, porque o nosso tempo está estourando, e até o problema da internet, que está oscilando muito. **Sr. Ricardo Viegas** - Ana, dê prosseguimento, por favor. **Sra. Ana Maria** - Então, os pontos que ficaram desta reunião foram os seguintes: Primeiro será apresentado uma planilha com unidades a serem entregues até o final do ano, daqui até o final do ano, até o dia 11. Não entendi, se é 11 agora de novembro. É isso, Secretário? **Sr. Ricardo Viegas -**Sim, 11. **Sra. Ana Maria -** Nós iremos disponibilizar por e-mail para todos os Conselheiros. Ok? **Sr. Ricardo Viegas** -Você manda uma comunicação do Conselho para os Conselheiros, fazer a prestação de contas com relação àquelas unidades das 12 mil e mais a projeção. **Sra. Ana Maria** -Ok, é isso. **Sra. Paula -** Nessa mesma planilha vai constar a situação, o dinheiro, de quanto usou? **Sra. Ana Maria** -Não. **Sr. Ricardo Viegas -** A previsão orçamentária e execução nós apresentamos na próxima. **Sra. Paula** - Aí você consegue dizer o quanto foi quanto gasto. **Sr. Ricardo Viegas -**O que hoje foi apresentado pela Vanessa foi executado até setembro. Na próxima reunião, na última dia 15, nós apresentamos, fazemos a prestação de conta do período de setembro até o final do ano, incluindo as etapas que nós tínhamos de compromisso. **Sra. Ana Maria -**Era o que eu ia falar em seguida, que o ponto então seria a atualização das informações que foram prestadas hoje pela Vanessa, com as solicitações que pediram para ser incluídas nessa apresentação. O terceiro ponto de pauta para a reunião do dia 15 foi essa apresentação que não foi possível ser realizada hoje. Eu perguntei agora pelo WhatsApp para o Nilson, Diretor Técnico da COHAB, e ele vai fazer a apresentação no dia 15 de dezembro sobre a regularização fundiária na COHAB. Estão todos de acordo? Se estiverem de acordo, permaneçam como estão. **Sr. Miguel -** Ana. **Sra. Ana Maria -**Miguel. **Sr. Miguel -** E a história do decreto? **Sra. Ana Maria** - Acho que não falei, também, nós vamos solicitar que venham técnicos da Secretaria de Licenciamento, ou de outras Secretarias envolvidas para fazer apresentação sobre os dois decretos que foram publicados no Diário Oficial no dia de hoje. Todos estão de acordo? **Sra. ...** Sim. **Sra. Ana Maria** -Então, devolvo a palavra para o Secretário Viegas para suas considerações finais. **Sr. André** -Só um esclarecimento. **Sra. Ana Maria** - Pois não, André. **Sr. André** - O seguinte, dia 15 acho que é desnecessário, acho que poderíamos deixar (ininteligível) para a outra reunião de janeiro. Por quê? Em janeiro, (ininteligível), primeiro já vai ter passado (ininteligível). Segundo, nós vamos (ininteligível) de 2020. Por quê? De qualquer forma nós não vamos ter os dados completos de 2020 dia 15 de dezembro. Então acho que seria melhor nós... (ininteligível). Por quê? Dia 15 não vamos ter o fechamento de 2020. Então, acho que a questão, ou se dá a informação de lei. E as informações de (ininteligível) vamos deixar para a primeira reunião. (ininteligível) Economizaria nosso tempo e mais prático. **Sra. Ana Maria** - Colocamos isso em votação pelos Conselheiros. Aí acho que cabe a vocês decidirem se concordam com a proposta do André. **Sra. ...** Acho quem fez a solicitação foi a Samira. Não foi? **Sra. Ana Maria -** Foi. **Sra. ...** -Acho que ela não está na sala, caiu com aquela leva que caiu um monte de gente e não conseguiu entrar de volta. **Sr. Miguel** - Eu acho se está na pauta, vamos seguir a pauta. **Sr. André** -Mas a questão não é essa Miguel, nós vamos ter uma parcial de 2020. Não vamos ter fechado aí, vai ficar ainda aquela questão vai entregar até dia 31. Faltam 15 dias. **Sra. ...** Pelo que entendi a sugestão do André me relação a sua solicitação, e não a da Samira. A da Samira vai ser atendida no dia 11. **Sra. ...** -Que eu solicitei era saber o dinheiro, foram apresentados os valores hoje nas planilhas, só queria saber uma divisão desses valores. Pode ser por e-mail, pode ser qualquer coisa, tranquilo, não precisa ter uma apresentação. Eu só queria ter mais destrinchado porque para mim não ficou claro o montante que temos de unidades, em quais unidades apresentaram, mas não sei o quanto de recurso foi usado e da onde veio cada recurso. E aí a Vanessa falou que vieram esses dados. Se for fornecido por e-mail, por mim está tudo bem. **Sra. Marisete** - Ana, posso falar? É a Marisete. **Sra. Ana Maria** - Pode. **Sra. Marisete -** Boa tarde a todos e todas. Eu acho André, que temos que encerrar sim em dezembro, porque janeiro já é um outro ano. E nós não sabemos como que vai estar janeiro. Então nós precisamos desse encerramento de prestação de contas em dezembro mesmo. E precisamos sim discutir essa questão do decreto. Porque na verdade nós deveríamos ter sido consultados antes. Infelizmente isso não aconteceu. **Sr. André** - (ininteligível – com falhas) **Sra. Marisete** -Então, é isso que estou falando, deveriam ter comunicado o Conselho antes da publicação do decreto. **Sr. André** - (ininteligível – com falhas) **Sra. Marisete** - Proponho que seja colocado no primeiro ponto de pauta a questão dessas normativas, o decreto. Gente, obrigada, só queria fazer essa colocação, agradeço. **Sr. Ricardo Viegas** - Posso fazer uma sugestão? Em três assuntos que já estão praticamente colocados na próxima reunião. A questão da COHAB, da regularização. Tem a questão do decreto, uma apresentação sobre o decreto. E a questão da apresentação da Vanessa com relação à prestação de contas desse período de setembro até dia 15, praticamente no final do ano. Vejo que essa apresentação da Vanessa, é uma apresentação bem curta, acho que nós poderíamos nesse sentido estabelecer na ordem na pauta o primeiro item colocando um tempo definido, porque é uma prestação de contas de fato financeira. E daí se faltar alguma informação, com certeza vão ter outras reuniões que vamos trazer o balanço. Ou seja, só para o efeito de informação, mantenho inclusive isso para a dinâmica do Conselho. Acho que um Conselho, se os senhores me permitem, acho que é importante ter essas informações, acompanhar, é um dever também da Secretaria. Então, combinar com a Vanessa para colocarmos um tempo definido como a primeira pauta, a planilha é essa, de setembro até dezembro foi, executou isso e tal. O mesmo para prestar conta com relação da execução orçamentária. **Sra. Ana Maria** - Então, Secretário, o primeiro ponto seria a apresentação da Vanessa, que seria uma apresentação curta. O segundo ponto da pauta ou o decreto a regularização fundiária? **Sr. Ricardo Viegas** - Acho que o decreto vai consumir bastante tempo, os dois decretos são compridos, são técnicos, vai precisar de uma profundidade para a discussão. Então assim, acho que poderíamos colocar o decreto até porque parece o Conselho está muito ansioso para fazermos essa discussão. Acho que seria importante nós colocarmos o decreto, apresentação técnica. E a COHAB deixa na sequência. Se correr tudo bem nessa pauta do decreto, a gente estabelece um prazo. Temos 3hs de reunião, então 3hs dá para fazer uma boa apresentação, tanto do decreto, como da COHAB. É isso.

Sra. Ana Maria - Todos concordam? Podemos então deliberar que essa será a pauta. **Sr. Carlos Roberto** –Agradece a presença de todos e encerra.

(Encerra-se a reunião)

COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - CRF-G

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL,

MARFIZIA GENEBRA BORTOLUCCI, WELLINGTON CAJANO BARBOSA DE OLIVEIRA, LUIS MATIAS DE SOUSA e s/m GILBERTA MARIA DA SOLEDADE DE SOUSA e HENRIQUE MATIAS DE SOUSA, ANDERSON LEANDRO DOS ANJOS, PAULO ROBERTO e s/m VAILDA PERINI LAGOS,

VALMIR FERNANDES DA SILVA e s/m DENISE CRISTIANE N. SILVA

ANTONIO ANGELO MOLAN

A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, por meio de sua COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, no âmbito de suas atribuições dadas pelo Decreto

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 17 de dezembro de 2020 às 01:56:16.